



DIÁRIO

da Assembleia Nacional

X LEGISLATURA (2014-2018)

6.ª SESSÃO LEGISLATIVA

REUNIÃO DA 3.ª COMISSÃO ESPECIALIZADA PERMANENTE DE 3 DE AGOSTO DE 2017

Presidente: Exmo. Sr. Vasco Guiva

Secretário: Exmo. Sr. Aérton da Glória

SUMÁRIO

O Sr. Presidente declarou aberta a reunião às 9 horas e 40 minutos

A 3.ª Comissão Especializada Permanente deu início à apreciação, na especialidade, da proposta de lei n.º 24/X/6.ª/2017- Rectificação do Orçamento Geral do Estado para o ano económico 2017, com os orçamentos da Presidência da República, Assembleia Nacional, Gabinete do Primeiro-Ministro, Ministério de Negócios Estrangeiros e Comunidades, Ministério da Defesa e Administração Interna, Ministério da Justiça, Administração Pública e dos Direitos Humanos, Ministério da Saúde, Ministério da Educação, Cultura, Ciência e Comunicação e Ministério do Emprego e dos Assuntos Sociais.

Para além dos Srs. Ministros das Finanças, Comércio e Economia Azul (Américo Ramos), da

Defesa e Administração Interna (Arlindo Ramos), da Educação, Cultura, Ciência e Comunicação (Olinto Daio), da Saúde (Maria Jesus Trovoada) da Agricultura e Desenvolvimento Rural (Teodorico Campos), também usaram da palavra os Srs. Deputados Maria das Neves (MLSTP/PSD), Jorge Correia (PCD), Arlindo Barbosa (MLSTP/PSD), Aérton do Rosário (MLSTP/PSD), Idalécio Quaresma (ADI), Danilson Cotú (PCD), Mário Rainho (ADI), José António Miguel (ADI), Esmail da Glória (ADI), Beatriz Azevedo (MLSTP/PSD), Abnildo d'Oliveira (ADI), Pedro Carvalho (ADI) e António Ramos (MLSTP/PSD).

O Sr. Presidente encerrou a reunião às 14 horas e 55 minutos.

O Sr. **Presidente**: — Sras. e Srs. Deputados, existe quórum, pelo que declaro aberta a reunião.

Eram 9 horas e 40 minutos.

Estavam presentes os seguintes Srs. Deputados:

Acção Democrática Independente (ADI):

Adilson Cabral Managem
Mário Fernando Rainho
José António Miguel
Idalécio Quaresma
Ivo da Costa

Movimento de Libertação de São Tomé e Príncipe/Partido Social-Democrata (MLSTP/PSD):

Aérton do Rosário Crisóstomo
Maria das Neves Baptista de Sousa
Vasco Gonçalves **Guiva**

Partido de Convergência Democrática (PCD):

Jorge Dias Correia

O Sr. **Presidente**:— Sra. Ministra da Saúde, Sr. Ministro das Finanças, Sr. Ministro da Defesa e Ordem Interna Sras. e Srs. Deputados, bom dia.

A discussão na especialidade advém do Regimento da Assembleia Nacional no seu artigo 211.º na qual discute-se sucessivamente o orçamento de cada ministério, nele intervindo os respectivos membros do Governo.

E pela agenda tida na reunião de comissão ontem, hoje iríamos abordar as áreas institucionais e a área social. Conforme a agenda no primeiro momento teríamos a Presidência da República. Não se faz presente a Presidência da República no debate, mas no entanto poderemos aproveitar a presença do Sr. Ministro das Finanças e se os Srs. Deputados têm alguma questão a colocar sobre o orçamento da Presidência da República estejam a vontade de o fazer.

Deu-se conta que neste orçamento rectificativo a Presidência da República não se afigura, porque as dotações de investimento foram retirados. Talvez, por causa disso que não se faz presente, não tem matéria para vir defender, não tem exposição para fazer, mas no entanto Srs. Deputados que queiram intervir podem o fazer.

Tem a palavra a Sra. Deputada Maria das Neves.

A Sra. **Maria das Neves** (MSTP/PSD): — Sr. Presidente, Sra. Ministra da Saúde, Srs. Ministros, Sras. e Srs. Deputados, bom dia.

Sr. Ministro, estamos na sede da discussão na especialidade e a primeira questão que gostaria de colocar é relativo a um aspecto que aparece na página 8 deste documento. E porque estamos a falar da área institucional que envolve quase todo os órgãos de soberania. Na página 8, das medidas de políticas orçamentais adoptadas pelo governo há uma que diz o seguinte:

«Processamento dos salários dos órgãos de soberania, institutos autónomas, financiados com recursos do tesouro público pela Direcção do Orçamento que fará na fonte as retenções previstas na lei, mormente no que respeita ao IRS e a contribuição da Segurança Social»

Gostaria de entender melhor isso, tendo em conta que tratando-se de órgão de soberania tem autonomia administrativa e financeira, normalmente estão habituados a processar os seus salários na fonte, se isso é praticável e como é que o governo pensa lidar com essa questão tratando-se de órgãos de soberania.

O Sr. **Presidente**: — Primeira intervenção, medidas e políticas orçamentais.

Tem a palavra o Sr. Ministro das Finanças.

O Sr. **Ministro das Finanças, Comércio e da Economia Azul** (Américo Ramos): — Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, bom dia.

Sobre a questão levantada pela Sra. Deputada Maria das Neves em relação a medidas de processamento salarial de forma centralizada, advém do facto de termos constatado que quase todos os sectores com autonomia administrativa em que se faz transferência para o pagamento de pessoal não têm feito a retenção devida nas fontes dos recursos que devem ser depositados tanto no cofre do Estado em

forma de IRS, bem como da Segurança Social. Isso tem causado alguns problemas nomeadamente em relação a Segurança Social, que quando o agente ou funcionário chega a idade de reforma ele confronta-se com o problema de cálculo da sua pensão, porque chega-se a conclusão que o sector fez a retenção, mas não fez a transferência para a Segurança Social.

Foi uma decisão de tentarmos processar, acho que não seria nada que pudesse pôr em causa o pagamento de salário dos sectores com autonomia administrativa e financeira, uma vez que ele seria feito só a nível de despesas salariais. Em relação a outras despesas elas seriam transferidas para que o sector executasse da forma como quisesse, da forma como vinha fazendo, mas em relação a despesa com o pessoal queríamos centralizar essa execução. Isso também nos permitiria por outro lado ter uma noção exacta de quantos funcionários realmente temos na administração central do Estado.

Actualmente quando contabilizamos o número de agentes na administração central temos que excluir os serviços autónomos, porque não temos controlo de quantos funcionários realmente existem nessas instituições.

No entanto, depois de anunciada essa medida houve um encontro com todos os órgãos de soberania em que se comprometeram a fazer regularmente os descontos e depositá-los no cofre do Estado e na Segurança Social de acordo com a lei. Comprometeram também, para que houvesse algum controlo nessa matéria, de que o Governo só procederia a transferência da *tranche* seguinte para pagamento de salário e outras despesas, principalmente salário, quando esses serviços autónomos mostrassem provas de terem feito esses depósitos nas contas.

Essa questão foi ultrapassada desta forma, mas a intenção inicial de tomar essa medida é no sentido de garantir que seja descontado e depositado principalmente na Segurança Social e também no IRS que é aquilo que é a obrigação de cada agente.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Correia.

O Sr. **Jorge Correia** (PCD): — Sr. Presidente, Srs. Ministros, Sras. e Srs. Deputados, bom dia.

Ainda na senda da página 8 queria tecer algumas considerações. Aí diz: «Instruir todas as empresa públicas e institutos autónomos no sentido de reduzirem em 30% o montante da parte complementar».

Depois vem: «No que respeita as empresas públicas e institutos públicos autónomos com dívidas ao fisco e a segurança social poderá ser alocada 50% do montante da parte complementar, remunerações, etc.»

Gostaria de saber como é que o Governo vai efectivamente controlar essas acções se as empresas estão ou não a reduzir os montantes de 30%?

E como é que vai acompanhar os tais 50% tendo em conta que é já dívida amontoada e tem que se pagar por *tranches*, penso.

Ainda mais em baixo, há aquela questão que se impõe que é, conformidade com a lei em vigor e no respeito pelo princípio de igualdade de todos perante a lei e a coisa pública, deverão ser suspensos todos os subsídios de festas, datas comemorativas, subsídios de refeição, exceptos quando em missão de serviço.

Será mesmo que a gente vai suspender todos os subsídios para as datas comemorativa?

Mas a maior preocupação minha é quando entra a questão fundamental de prémios de desempenho. Sr. Ministro, já ando na função pública desde criança, bebezinho, e função pública normalmente é tipo de escada e essa escada se faz em função do desempenho de cada um, a de autoridade etc. E essa questão de prémio de desempenho entendo que cortar totalmente o prémio de desempenho é qualquer coisa que pode não ser muito positivo para a função pública. Acho o que deve se fazer é regulamentar esses prémios, porque sei efectivamente que se fala de prémio de desempenho e esse prémio espalha-se de tal maneira que todo mundo, mesmo aquele mau funcionário recebe prémio de desempenho, mas gostaria de saber se o Governo repensou, está a pensar ou como é que vai fazer em relação a hipótese daquilo que melhor dá a sua contribuição também deve ser remunerado no sentido de fazer com que os outros sigam o seu exemplo.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Ministro das Finanças.

O Sr. **Ministro das Finanças, Comércio e da Economia Azul**: — Em relação a primeira questão, se o Governo tem algum controlo na efectivação dessas medidas, digo que sim, porque criamos uma ligação directa dessas empresas com a Inspecção Geral de Finanças em que discutimos e estabelecemos o pagamento de salário das empresas com os respectivos subsídios, controlo mensal e os descontos que são feitos decorrentes dessa medida de corte de 30%.

Mensalmente o quadro salarial das empresas é visto pela Inspecção Geral de Finanças e os descontos feitos para serem depositados para o pagamento das dívidas atrasadas também são controladas directamente através da Inspecção Geral de Finanças.

Em relação a segunda questão, acho que a última parte é que chamou a atenção do Sr. Deputado, é em relação ao prémio de desempenho. O que acontece é que constatamos que todas empresas públicas, não

obstante deficitárias, tinham um montante fixo para pagamento de prémio de desempenho mensal aos seus funcionários, o que achamos que não é lógico, tendo em conta que as empresas são cronicamente deficitárias, não há sentido de terem valores fixos salariais ou de subsídios correspondente a prémios de desempenho.

Daí que pedimos as empresas e através da Inspeção Geral de Finanças que fossem cortados esses subsídios. No próprio regulamento onde fixa esses subsídios em muitas empresas não estavam superiormente validadas. O que pedimos é que fossem cortados neste momento tendo em conta a situação deficitária das empresas e orientamos também as empresas para elaborarem um outro regulamento já validado superiormente em que já se vai regulamentar o tipo de subsídio que é atribuído a cada elemento e não fixo mensal para cada funcionário quando sabemos que realmente essas empresas são empresas deficitárias.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Ministro, faltou uma questão: a suspensão de subsídio de festas e datas comemorativas.

O Sr. **Ministro das Finanças, do Comércio e Economia Azul**: — Sim!, claro que, quando falamos de subsídios de festas e datas comemorativas, estamos a falar daquelas que não são reguladas por lei. Quando se fala de subsídio de Natal, portanto, toda a gente entende que, prevê-se. Mas, subsídio de 12 de Julho, subsídio de 1º de Maio, subsídio de 19 de Setembro, são subsídios que, vocês sabem, que enquadra mesmo dentro da filosofia remuneratória de uma empresa. Mas elas foram instituídas, não sei porquê? E estavam lá! E as pessoas recebiam. Por isso, nós mandámos suspender esses subsídios.

O Sr. **Jorge Correia** (PCD):— Eu estou esclarecido, Sr. Ministro, mas da maneira como está cá: datas comemorativas,... dá a sensação, efectivamente, que estamos no 12 de Julho, 1º de Maio, todo o conjunto de datas comemorativas.

Eu percebi. Já entendi o alcance dessa medida. Porém, a maneira como está cá, datas comemorativas, pressuponha, para mim, 12 de Julho, todo esse conjunto, não é?

O Sr. **Presidente**:— Sr. Ministro, para complementar a pergunta colocada pelo Sr. Jorge Correia, esses subsídios reflectem os subsídios que as empresas praticavam?

O Sr. **Jorge Correia** (PCD):— Ainda ocorreu-me algo a respeito disso. Sr. Ministro falou de regulamentação que deve ser feita, ou cada empresa é que vai fazer o seu regulamento. Não seria bom que o Governo fizesse um regulamento comum para as empresas, e cada empresa adaptasse esse regulamento em função das suas actividades? Para evitar disparidade?

O Sr. **Ministro das Finanças, do Comércio e Economia Azul**: — Por acaso, levantou uma questão bastante pertinente. Aliás, nós estamos avançando neste sentido, e, é uma recomendação também de parceiros, de uma forma de nós controlarmos essa empresa é criar regulamentos e regras, de forma centralizada. Para que cada um não crie sua ilha, porque na análise que fizemos, realmente, havia diferenças de subsídios, dependendo de empresas.

Portanto, não havia uma uniformização daquilo que são os subsídios e rendimentos em determinadas empresas. Por isso, é uma recomendação também dos parceiros e nós estamos a criar condições para criar uma forma centralizada de controlo dessas empresas e, conseqüentemente, um regulamento que poderá vincular todas as empresas públicas.

O Sr. **Presidente**:— Obrigado, Sr. Ministro. Estamos em torno da Presidência da República, Assembleia Nacional; órgãos institucionais... Não sei se têm alguma intervenção? Os Tribunais também!... Não sei se ainda temos alguma intervenção? Negócios Estrangeiros, Tribunais?

Tem a palavra o Sr. Deputado Arlindo Barbosa.

O Sr. **Arlindo Barbosa** (MLSTP/PSD):— Obrigado Sr. Presidente da 3ª Comissão, Srs. Ministros cá presentes, Sras. e Srs. Deputados: A minha intervenção, é apresentar uma proposta de alteração, relativamente a Tribunal Constitucional. O Governo, no Orçamento Rectificativo, dotou uma verba, estou a referir 03101, Tribunal Constitucional; cerca de três bi, como é que surge essa verba? Essa verba surge, em relação ao Orçamento inicial, de cortes em relação a algumas unidades, nomeadamente, o Supremo Tribunal de Justiça, Delegação Regional de Lembá, do Príncipe, Protecção de Bombeiros, por aí fora. Então, esses sectores sofreram corte para surgir a verba de Tribunal Constitucional.

A minha proposta, era que se suprimisse a verba do Tribunal Constitucional e mantivesse o Orçamento inicial em relação a esses sectores, porque penso que já estamos a seis meses do fim do ano económico. Dificilmente, consegue-se implementar aquilo que é a política do Governo em relação a esta matéria.

Sr. Ministro, é essa a proposta e face também os argumentos que nós expendemos na generalidade, sobre a questão da constituição do Tribunal Constitucional de raiz. Muito obrigado.

O Sr. **Presidente**:— Em torno dos Tribunais, uma proposta.

O Sr. **Arlindo Barbosa** (MLSTP/PSD):— Agradeço e faço chegar uma cópia à Mesa dessa proposta, por escrito.

O Sr. **Presidente**:— Mas essa proposta, se entendi bem, é para diluir a verba alocada à constituição do Tribunal Constitucional, mas não define a sua reafecção.

O Sr. **Arlindo Barbosa** (MLSTP/PSD):— A sua reafecção é que mantivesse. Porque o Governo para conseguir essa verba, fez cortes nos sectores que aqui anunciei, nomeadamente, Tribunal Supremo de Justiça, Delegação Regional de Lembá, do Príncipe, Protecção de Bombeiros, Violência Doméstica e Instituto sobre a Droga.

E escusa-me expender aqui os argumentos, porque na generalidade, essas questões já foram levantadas. Hoje, sabemos como o índice de criminalidade aumenta, no País, e precisamente, são alguns sectores, como a questão de droga, que o Governo sempre defende, a questão de violência doméstica.., Então, que esses valores fossem repostos inicialmente, em função do Orçamento apresentado. Muito Obrigado. Fiz entender?

O Sr. **Presidente**:— Sr. Ministro, considerações, alguma proposta?

O Sr. **Ministro das Finanças, do Comércio e Economia Azul**:— Obrigado Sr. Presidente. Infelizmente, nós estamos a falar de coisas que não podemos fazer. Realocação dessa verba para um outro sector. Porque trata-se de verba com pessoal e a afectação que o Sr. Deputado está a fazer referência, trata-se de investimento, verba de investimento. Portanto, desde aí, não é possível, porque nos não podemos retirar a criação do Tribunal Constitucional e reafectar para verba de investimento, porque não teremos cobertura. Isso é um aspecto. E outro aspecto é que, portanto, a alteração que se fez no Tribunal não diz respeito só a Tribunal Constitucional, mas também, na mesma verba do pessoal, houve alguma alteração, porque dotou-se cerca de seis juízes para Tribunal de Primeira da Primeira Instância, pedidos pelo Supremo Tribunal de Justiça.

O Sr. **Presidente**:— Sr. Ministro referiu a verbas alocadas ao Tribunal Constitucional, sendo verbas de investimento, é isso?

O Sr. **Ministro das Finanças, do Comércio e Economia Azul**:— A verba inscrita no Orçamento para Tribunal Constitucional trata-se de verba com pessoal, despesas correntes. A reafecção que o Sr. Deputado pediu é para verbas de investimento. Portanto, desde já, não é possível fazer essa transição. E, por outro lado, eu disse que a alocação que se fez na verba do pessoal dos Tribunais é para Tribunal Constitucional e para também adopção de mais seis ou sete juízes de Primeira Instância.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Ministro, a proposta levantada pelo Sr. Deputado Arlindo Barbosa é de diluir a verba constada no Tribunal Constitucional para reafectar a verba suprida no Supremo Tribunal de Justiça, não sei se sai do investimento? É transferência? Para a Delegação da Procuradoria da República de Lembá, também é investimento? Para a Delegação Procuradoria Regional do Príncipe, Serviços de Protecção Civil e Bombeiro; porque na sua proposta aparece somente as unidades. Não sabemos. Não está claro na proposta, se reforça investimento ou corrente. Se for, indica-nos as linhas para saber como enquadrar a proposta.

O Sr. **Arlindo Barbosa** (MLSTP/PSD):— A minha pergunta é esta também a minha dúvida. Porque é que surge os três bi para Tribunal Constitucional, foi o corte que se fez nessas unidades. Agora, como é que se corta, mesmo que for parte da verba, em investimento para criar Tribunal Constitucional, agora coloca a questão sobre despesas correntes, com despesas com pessoal.

É essa dúvida, porque as unidades que indico, precisamente, o Governo fez cortes nesses sectores para criar a verba para Tribunal Constitucional. Por isso, é que a minha questão não é nova. É só repor aquilo que se tirou de Lembá, do Príncipe, de Droga, enfim, e Violência Doméstica. É essa a questão, para repor o valor inicial em relação ao Orçamento inicial. Muito obrigado.

O Sr. **Ministro das Finanças, do Comércio e Economia Azul**: — Eu acho que, não é verdade, não se retirou a verba dum lugar, não se fez nenhum reforço de verbas. Portanto, a verba houve e isso foi apresentado na discussão na generalidade, houve uma redução das verbas com o financiamento do tesouro do investimento. Então, nesses sectores, houve uma redução no investimento, investimento. Houve também economias feitas com as medidas de bens e serviços e outras despesas que permitiram que nós pudéssemos dentro do equilíbrio dotássemos essa verba.

Por isso, não há reforço tirando numa rubrica no Tribunal de Lembá, Bombeiros e tudo isto. Não houve isso. Isso não é verdade. Portanto, a Tribunal Constitucional foi dotado no quadro da verba global para transferência para pagamento de salário nos Tribunais. É isso que foi feito. Portanto, não houve reforço. Não houve realocação da verba saída de um sector para outro. Isso não é verdade. E eu não sei onde é que o Sr. Deputado viu essa ligação directa entre esses sectores e a verba que foi dotada para Tribunal Constitucional.

Entretanto, assumiu a Presidência a Sra. Vice-Presidente Maria das Neves.

A Sra. **Presidente** (Maria das Neves):— Não tenho mais inscritos, mas eu gostaria de voltar a essa questão de Tribunal Constitucional. Eu gostaria de entender a lógica disso, Sr. Ministro, tendo em conta que estamos a falar de um Tribunal Constitucional que vai ser criado de raiz.

Portanto, sendo um tribunal a ser criado de raiz, como é que explica que Governo possa ter dotação orçamental apenas para despesas correntes, tendo em conta que o próprio Tribunal precisará, certamente, de despesas de capital. Eu não sei se vai aproveitar um edifício que já existe, mas precisa de apetrecho, precisa de uma serie de coisas, e do que ouvi Sr. Ministro dizer aqui, só está inscrito apenas dotação orçamental no Tribunal Constitucional para pagar salários. E outras despesas de capital? Não haverá? Obrigada Sr. Ministro.

Está inscrito o Sr. Deputado Aérton, eu gostava de saber se há mais Srs. Deputados que queiram intervir nesta matéria, antes de passarmos palavra ao Sr. Ministro.

Tem a palavra o Sr. Deputado Aérton do Rosário.

O Sr. **Aérton do Rosário** (MLSTP/PSD): — Obrigado Sra. Presidente, bom dia Sr. Ministro, os demais Deputados, na Sala, a minha questão relacionada com o Tribunal Constitucional, tem a ver com a questão de prioridade. Ouvimos o Primeiro-Ministro a falar da difícil situação em que o País se encontra, o Sr. Ministro das Finanças, durante o debate na generalidade, também fez referência à dificuldades que o País atravessa.

Gostaria de saber, Sr. Ministro das Finanças, se a constituição de um Tribunal Constitucional, numa situação de crise que o País vive, se é prioridade? Esta é a minha questão. Quando, o País precisaria de um tribunal de menores, de família, ou se calhar, um tribunal de trabalho e alocamos verbas para criarmos um Tribunal Constitucional, todo o mundo já sabe que não vai ter matérias. Se tiver um ou outro processo, num período de dois anos, é muito. Por isso, gostaria de saber que prioridades são essas e que política orçamental o Governo vai adoptando? Obrigado.

A Sra. **Presidente** (Maria das Neves): — Tem a palavra ao Sr. Deputado Idalécio Quaresma.

O Sr. **Idalécio Quaresma** (ADI): — Muito obrigado. Primeiramente, para dizer o seguinte: A prioridade quem define é o Governo e tem o suporte do seu Grupo Parlamentar. Portanto, pode ser que a nossa prioridade não seja sua, ou prioridade de seu grupo parlamentar, mas é nossa prioridade. Portanto, é uma questão que está definida e ademais para dizer também que a questão do Tribunal Constitucional não foi criada hoje. Já vem na Constituição desde 2003! Que fizeram revisão! E nós, simplesmente, estamos a dar um cumprimento, a um desiderato, que está na Constituição.

Portanto, isso de dizer de retirar a verba de um lado ou de outro, essa uma questão do Governo. O Governo saberá responder. Mas eu só quero responder que a prioridade cabe a nós. Decidir a prioridade. E para nós, é prioritário a questão da criação do Tribunal Constitucional. Ok? Muito obrigado.

A Sra. **Presidente** (Maria das Neves):— Tem a palavra o Sr. Deputado Aérton Crisóstomo.

O Sr. **Aérton do Rosário** (MLSTP/PSD):— Eu não queria entrar, directamente, em debate com Deputados na Sala. Mas, para dizer o Sr. Deputado que me antecedeu, Idalécio Quaresma, que, quando coloco a pergunta ao Governo, gostaria que os Ministros respondessem as perguntas....Não gostaria de entrar em debate com os Deputados. Até porque o Regimento diz claramente que os debates na especialidade, devem os membros do Governo estarem presentes para responder as questões, de acordo as políticas dos seus sectores.

Bom, se o Sr. Deputado me responde, não sei em que quadro? Agradeço que isto não volte mais a acontecer, porque os ministros estão cá na Sala para responderem as questões. Obrigado.

Entretanto, reassumiu a Presidência o Sr. Presidente Vasco Guiva.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Danilson Cotú.

O Sr. **Danilson Cotú** (PCD):— Obrigado Sr. Presidente da 3ª Comissão, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Ministros: É que fez-me confusão a intervenção do Deputado Idalécio, por isso é que eu pedi a palavra, porque, realmente, é verdade que prioridade quem define é o Governo. Ninguém coloca nada contra isso. Entretanto, o direito de solicitar ao Governo esclarecimentos face à essas opções, sim os Deputados têm, na qualidade de dignos representantes do povo. Portanto, eu entendi que o Deputado Aérton não cometeu nenhuma incongruência ter feito a pergunta que fez. E, na base disso, eu também gostaria de deixar a minha voz nessa matéria, porque, realmente, quando se fez a revisão de 2003, pensou-se no Tribunal Constitucional, só que por uma questão de se ter em conta as verdadeiras condições económicas do País, adiou-se isso, e encontrou-se um mecanismo para fazê-lo funcionar.

Bom! O quadro macroeconómico, de lá para cá, todos sabemos que não melhorou! Por isso, é que faz-nos confusão, quando se traçou aqui o verdadeiro quadro do País e mostrou-se as dificuldades económicas que o País atravessa, quando se fala da necessidade de contenção e de fortes austeridades, se assim quisermos dizer, faz-nos confusão a criação desse Tribunal. Vem em contramão àquilo que se pretende efectivamente.

Por isso, é que um esclarecimento por parte do Governo não constitui nenhuma irregularidade, se assim quisermos entender. Eu também gostaria de conhecer os fundamentos que nortearam essa prioridade do Tribunal Constitucional, num momento em que o próprio Governo fala da necessidade de uma contenção de despesas. Muito obrigado.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Ministro da Educação!

Contestação por parte do Ministro da Educação.

A audição é pública: a imprensa é convidada, desde que seja a imprensa reconhecida. É imprensa reconhecida, autorizada, se é pode escolher. A discussão na especialidade é pública. É regimental. Nome da empresa, meu amigo? Digital Milénio! Ok, a Assembleia saberá depois averiguar. Obrigado.

O Sr. **Mário Rainho** (ADI):— Obrigado Sr. Presidente, Portanto, a minha questão é seguinte: A questão de prioridade, agora, da criação ou não do Tribunal Constitucional, isso agora me surpreende. Essa questão já foi aprovada quando nós discutimos na generalidade. Nós estamos agora a discutir na especialidade. Agora, em termos de prioridade, eu acho que é algo que já está para trás. Já foi aprovado.

E quanto a questão do jornalista que está cá na Sala, era bom averiguarmos, realmente, se o jornalista está mesmo credibilizado a colher imagens. Para não chegar ao momento de colher todas as imagens e levar para a parte onde não deve, depois mais tarde. Era bom investigar, se realmente ele está autorizado.

O Sr. **Presidente**:— Sr. Ministro, estamos em discussão na especialidade. A Assembleia Nacional e a Comissão saberão gerir a situação. Convém, nós não avançarmos muitas situações.

Tem a palavra o Sr. Deputado José António.

O Sr. **José António** (ADI):— Sr. Presidente, Srs. Ministros, Sras. e Srs. Deputados bom dia

Eu não gostaria de repisar essa questão de prioridade. Mas, para mim sim, parece-me bocado estranho, quando nós estamos num Estado de Direito Democrático e sabendo que os Tribunais são pilar da democracia, não vejo o quão estranho pode aparecer, dizermos que não seja prioritário, ou prioritária a criação de um Tribunal, num Estado de Direito Democrático. Eu acho que é o básico. Quer dizer, sendo o Tribunal um dos pilares da Democracia, logo, estando num Estado de Direito Democrático, não vejo de facto razões para nós discutirmos a questão de prioridade na criação do Tribunal Constitucional.

É verdade que dizia o Deputado, que caberá o Governo explicar, mas nós também podemos ajudar, que de facto, estando num Estado Direito Democrático é sempre prioritário a criação de um Tribunal Constitucional e aliás, até porque já se disse que é uma questão que se arrasta já há muito, é um sinal que a Democracia precisava desse pilar, daí que a Assembleia Nacional aprovou aqui o Projecto de Lei de Criação do Tribunal Constitucional. Foi aqui na Assembleia, eu acho que o Governo tem que fazer é dar respaldo ou cobertura financeira para que, de facto se crie, ou que se concretize esta intenção. Eu acho que é isto.

Muito obrigado.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra a Sra. Deputada Maria das Neves.

A Sra. **Maria das Neves** (MLSTP/PSD):— Sr. Presidente, Sra. e Srs. Deputados: o Sr. Primeiro-Ministro lançou a oposição, um desafio. Disse que a oposição só está para criticar, não apresenta alternativa. Nós estamos a apresentar aqui algumas propostas e algumas pessoas questionam.

Primeiro, quando se aprovou a criação do Tribunal Constitucional na generalidade, todos tinha a plena consciência de que o Tribunal Constitucional não aparecia no Orçamento Geral do Estado de 2017. Nós quando aprovamos a qui o Orçamento de 2017 não aparecia nenhuma palavra sobre Tribunal

Constitucional. Ou seja, aprovou-se um Tribunal Constitucional na generalidade, sem qualquer dotação orçamental. Estamos a falar de contextos diferentes. Estamos a falar dum contexto de crise. Num contexto em que o Governo está a apresentar um Orçamento Rectificativo não para aumentar, mas sim para reduzir.

Porque o Governo constatou que não tem tido capacidade financeira para suportar tudo que tem como gestão de administração pública. Propor a constituição de um Tribunal Constitucional quando se está a propor corte de projectos de abastecimento de insumo agrícolas, coisas que sabemos que fazem falta à nossa população. Os pequenos agricultores precisam de insumo para poderem aumentar a produção. Quando se está a suprimir a reabilitação de Tribunal de Lembá quando na Região Autónoma do Príncipe não existe um Tribunal. Os juízes têm que sair daqui para irem procurar alguma casa lá qualquer para poderem julgar as pessoas. Os presos têm que vir para aqui.

Portanto, estamos a falar de um contexto em que isso, de facto, não parece ser prioritário! Em que há outras prioridades. Em que o próprio Governo está a cortar coisas, eliminar projectos, que em condições normais, não eliminaria se tivesse verbas, se tivesse financiamento. Inclusive, obras já em execução estão a ser suprimidas quando se está, portanto, a priorizar Tribunal Constitucional. Daí, portanto a proposta para se saber de facto se é prioritário. Se é algo que vem desde 2003. Os sucessivos Governos não implementaram, porque também consideraram que não era prioritário.

Porque o Tribunal Supremo tem feito muito bem, nas vestes de Tribunal Constitucional, o seu papel. Nós todos assistimos. Porque agora tanta pressa? Para criar um Tribunal, num contexto em que o próprio Governo vem dizer: tem que apertar os cintos, tem que apertar os cintos, temos que encontrar formas para aumentar receitas e temos que encontrar formas para reduzir as despesas. É isso que gostava, sinceramente, de entender. E depois dizer os Srs. Deputados que nós aprovamos aqui, nesta Sala, a Lei de Incompatibilidade o que significa dizer que um Deputado não é membro de Governo e membro de Governo não Deputado. Portanto, vamos separar as funções, vamos cada um desempenhar o seu papel como diz a lei. Obrigada.

O Sr. **Presidente**: — Estamos com um problema na Sala e creio que temos que resolver essa situação. E já agora, Sr. Ministro da Educação que tutela a comunicação social; que sector estatal autoriza ou credencia a criação de órgão da comunicação?

O Sr. **Ministro da Educação, Cultura, Ciência e Comunicação** (Olinto Daio):— *Eu não sei.*

O Sr. **Presidente**: — Estamos com uma situação, que o próprio ministro questionou que empresa é esta. A empresa está a colher imagem na Sala e estamos na discussão do Orçamento Geral de Estado na especialidade e temos que clarificar a situação e chamar responsabilidade se for o caso disso. Sr. Ministro faça favor nos esclarecer ou se tem alguma informação acerca disso.

Tem palavra o Sr. Deputado Arlindo Barbosa.

O Sr. **Arlindo Barbosa** (MLSTP/PSD):— Eu peço a comissão para nós não polemizarmos a coisa. É bom contactarmos os serviços da Assembleia, porque como é que admitiram a entrada. Porque eu penso que deviam fazer rapidamente, colher alguma informação por parte da Mesa de Assembleia, porque não é normal deixar o pessoal ou a empresa entrar e depois está a fazer essa pouca vergonha, peço desculpa.

O Sr. **Presidente**: — Eu creio que estando ausente a situação resolve-se. Era essa preocupação? Tem palavra o Sr. Deputado Idalécio Quaresma.

O Sr. **Idalécio Quaresma** (ADI): — Obrigado Sr. Presidente mais uma vez. Vamos voltar outra vez ao Tribunal Constitucional. Para lhe dizer primeiramente de que nós só estamos a dar cumprimento de um dos artigos da Constituição. Diz o artigo 126.º da Constituição. Categorias dos tribunais: Além do tribunal constitucional existe as seguintes categorias de tribunais, e depois a), b), c), quer dizer que o Tribunal Constitucional devia ser o primeiro a ser criado no meu entender.

Tendo em conta e segundo a lei como está escrito devia ser o primeiro a ser criado. E outra questão, quanto a defesa do Governo ou não para o nosso grupo parlamentar, somos o grupo parlamentar que apoia o Governo. Se não querem que estejamos presentes, podemos sair também, porque isso não é dificuldade nenhuma. Mas estaremos sempre presentes. Está bem, Sra. Deputada! Sra. Deputada não quero para eu faça defesa do meu governo e então diga senhor sai. E nós estamos na disponibilidade de sair também. Não tem mínima questão nesse aspecto.

A demais foi um projecto lei introduzido pelo meu grupo parlamentar e nós temos o direito de fazer toda a defesa desse grupo parlamentar sobre o projecto e estamos simplesmente a defendê-lo. E o caso de alocação de verbas ou não, só criamos o projecto e ainda nem foi a final global.

Só depois daí terá uma data de entrada em execução e depois as pessoas estão a politizar só a questão de Tribunal Constitucional que não é de hoje. Nós já vimos em todas as discussões sempre Tribunal Constitucional, sempre Tribunal Constitucional, mas eu gostaria de voltar a pedir as pessoas de voltar ao artigo 126.º e ver as categorias dos tribunais e depois me dizem qualquer coisa.

O Sr. **Presidente**: — Tem palavra o Sr. Deputado Danilson Coutú.

O Sr. **Danilson Coutú** (PCD): — É assim, mas eu acho que nestas questões é bom que as coisas fiquem devidamente esclarecidas. Das intervenções que pelo menos eu prestei atenção aqui, não houve uma sequer de um Deputado que se posicionou contra a existência de um Tribunal Constitucional. Nós sabemos que isto em democracia sim, existe. A nossa preocupação, a nossa questão é que nos parece contraproducente pensarmos na criação, no funcionamento de um Tribunal Constitucional num momento em que esteve aqui o próprio chefe de governo que nos falou da necessidade de austeridade.

Eu tenho preocupação enorme com o sector social mormente com a saúde. E é por isso que estou aqui. Eu tenho reunião da 4ª comissão, mas pedi autorização para não estar lá, mas sim aqui por causa dessa preocupação. Fez-se corte na saúde quando para mim se deveria investir mais num sector como a saúde tendo em conta a situação da nossa população no que diz respeito a cuidados primários da saúde. Tem que se ter atenção a isso. Então, faz confusão que no momento que se fala de austeridade, num momento em que tem sectores com situações gritantes em termos de investimento, pensa-se em um Tribunal Constitucional inclusive que já está a funcionar juntamente com o Supremo, é isso.

E está a funcionar muito bem quando a quando da intervenção do Presidente do Supremo na abertura do ano judicial ele demonstrou claramente que em termos de matéria e em quantidade de trabalho é insuficiente para se gastar tanto dinheiro neste momento. A questão não é se deve ou não é o momento em que se vai investir esse valor é qualquer coisa creio eu se não estou no erro como 120 mil euros que deveria ir para um outro sentido. Investir noutros sectores que têm situações gritantes. É essa a preocupação. E agora dizer se sim ou se não! Agora, outro aspecto que para mim só para fazer uma graça minha para a gente não ficar muito tenso era de dizer ao Sr. Deputado Idalécio Quaresma se os senhores forem embora a gente reprova a coisa. Não vai votar?

Risos gerais

Portanto, *ná bé fô*. Muito obrigado Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente**: — Tem palavra a Sra. Deputada Maria das Neves.

A Sra. **Maria das Neves** (MLSTP/PSD):— Obrigada. Não, porque o Sr. Deputado Idalécio Quaresma referiu-se ao meu nome. De facto fui eu que disse que aprovamos uma lei de incompatibilidade e é que tem havido uma tendência em que se coloca uma pergunta ao membro de governo, está na Sala e gostaria que os Srs. Deputados deixassem que esse membro do governo nos desse resposta. Porque quando estamos aqui entre nós os Srs. Deputados já tentam substituir os membros de governo. Temos essa oportunidade de ter os membros de governo na Sala deixa que sejam eles a responderem. É isso que a gente quer, porque de facto há essa lei de incompatibilidade em que o Deputado não é membro de governo e membro de governo não é Deputado.

O Sr. **Presidente**: — Tem palavra o Sr. Deputado Esmaiel da Gloria.

O Sr. **Esmaiel da Gloria** (ADI):— É que fiquei um bocado confuso da abordagem feita por Srs. e Sras. Deputados cá nesta Sala. Nós na discussão da lei na especialidade na 1ª Comissão verificamos que os Srs. Deputados da oposição tiveram uma postura que para mim deveria ser uma postura que eles deveriam ter aqui sobre essa matéria. Votaram contra e não deram nenhuma opinião para mudar nem um A nem um B e hoje estão a trazer soluções aqui sobre mesma matéria. Isso é que eu não estou a compreender.

O Sr. **Presidente**: — Tem palavra o Sr. Deputado José António.

O Sr. **José António** (ADI).— Eu não gostaria de voltar a isso, mas era só para dizer a Sra. Deputada que disse que pronto aprovamos aqui a lei de incompatibilidade e isto é verdade e que os Srs. Ministros estão cá e devem responder as questões. É só para dizer, primeiro, que estamos em debate e estando em debate acho que os Deputados devem e podem participar no debate.

Outra questão, se formos nós os Deputados de ADI, a maioria que suporta o Governo, a defender o Governo eu não sei se a senhora tem alguma sugestão de nos passarmos essa tarefa para algum outro grupo parlamentar. Mas nós não estamos dispostos a fazer isso.

O Sr. **Presidente**: — Estamos na fase de especialidade convenha que enquadrássemos somente nos aspectos orçamentais e da especialidade em que os Deputados colocam sugestões, propostas, alterações, emendas de forma a nós podermos ganhar tempo e cumprirmos agenda.

Tem palavra o Sr. Deputado Arlindo Barbosa.

O Sr. **Arlindo Barbosa** (MLSTP/PSD): — Se bem que Sr. Presidente faz apelo, mas é preciso reagirmos a algumas inverdades. Penso que o Sr. Deputado Esmail não sei se participou na discussão na generalidade, mas a questão do Tribunal Constitucional foi amplamente colocada e discutida ao nível do grupo parlamentar de oposição.

E não estranha nosso voto contra. Eu penso que MLSTP/PSD tem uma responsabilidade enorme e sabe porquê que votou contra. E agora, a questão do Tribunal Constitucional na generalidade e nós dissemos que a quando da discussão na especialidade vamos apresentar algumas propostas. E estamos a fazer. É apenas isso. E agora, não estranha de voto contra de um grupo parlamentar ou de um partido.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, poderemos então suspender, porque também fomos convidados pelo Deputado Jorge Correia que é o Presidente da Câmara de Comércio, Agricultura e Serviço a estarmos presentes. É por isso que falei da questão de suspensão. Poderemos suspender para 10 ou 15 minutos.

Vozes:— 10 minutos.

O Sr. **Presidente**: — Fechamos então a questão de Tribunal Constitucional e depois ausentaremos para dez minutos. Mais duas questões somente para fecharmos. Fazemos já a questão da votação da proposta e depois saíremos.

Tem palavra a Sra. Deputada Maria das Neves.

A Sra. **Maria das Neves** (MLSTP/PSD).— Sr. Presidente, é somente para reagir a questão do Sr. Deputado Esmail da Glória. Para dizer que o Sr. Deputado Esmail deve ter memórias curtas, porque já tivemos casos aqui em que o Grupo Parlamentar de ADI na legislatura passada deu grandes contribuições ao orçamento e votou contra. E nós, não temos nada a ver com isso. As contribuições são bem-vindas. O próprio chefe de governo pediu a oposição que não criticasse apenas e que apresentasse propostas e é o que estamos a fazer. E, há mais. Na discussão do Orçamento 2017 em Janeiro quando cá estivemos, os senhores começaram a dizer que estamos a fazer força de bloqueio, força de bloqueio, força de bloqueio. E sabe qual foi a reacção da oposição, toda gente decidiu remeter-se em silêncio. E sabe o que é que aconteceu? Contribuição que devia ter dado para que se apresentassem as emendas não apresentou e os senhores aprovaram um orçamento que nem era o que estava na Mesa. Portanto, Sr. Deputado deixa que a oposição faça o seu papel e o senhor faz o seu e o que queremos é ver esse país a desenvolver.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra a Sra. Deputada Beatriz Azevedo.

A Sra. **Beatriz Azevedo** (MLSTP/PSD):— A minha preocupação é o seguinte. Falando de Tribunal Constitucional, eu como vivo num distrito onde carece de n problemas. E para dizer que as pessoas do distrito de Caué quando faz uma queixa tem que vir até distrito de Água Grande para resolvê-la. O mínimo que seja tem que ser aqui em Água Grande. Porquê não haver descentralização dos poderes ao nível de tribunal de forma que dentro de cada distrito tivesse pelo menos uma direcção de forma que os problemas do distrito fossem solucionados lá. Só para dar um exemplo.

Temos algumas mães que fizeram queixa contra seus maridos no Ministério Público onde os maridos têm que depositar um valor de contribuição para criar as crianças e assim elas têm que vir até cidade todos os meses para vir receber aquela contribuição que o pai deve dar a criança. Na minha forma de ver acho que é um problema prioritário, descentralizar os serviços de forma que ao nível dos cidadãos dentro de cada distrito tivesse os serviços lá próximo a fim de resolver aqueles pequenos problemas. É a minha preocupação sabendo que não se sabe a onde é que saiu o valor para criação do Tribunal Constitucional e como proposta gostaria de propor descentralização dos serviços de tribunal, colocando uma direcção do tribunal dentro de cada distrito.

O Sr. **Presidente**:— Tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Correia.

O Sr. **Jorge Correia** (PCD):— Eu gostaria de pedir o seguinte. Eu infelizmente, fico às vezes triste pela maneira como nós analisamos a situação. Eu entendo que estamos a analisar algo que é nacional, que é do interesse de todos. E acho que os Deputados quer do grupo parlamentar que sustenta o Governo quer do grupo parlamentar de oposição ou dos grupos parlamentares de oposição devem na minha opinião contribuir para que as coisas saiam bem, pois saindo bem todos nós ficamos a ganhar.

E às vezes há uma preocupação a mim pessoalmente se me levanta e sinto isto é quando se tenta dar alguma opinião mesmo que seja ela correcta o grupo parlamentar do governo não é capaz de nos fazer o favor repito fazer-nos o favor de auscultar convenientemente e de uma forma correcta daquilo que deve ser a deputação. Fazer portanto os contras e atender aquilo que acha que deve ser na minha opinião às vezes muito correctas. Em relação ao Tribunal Constitucional eu não vejo a questão inclusive de criação ou não criação de Tribunal Constitucional.

Pois, o Tribunal Constitucional é importante que se faça. E agora o que me preocupa de Tribunal Constitucional é que no fundo o Tribunal Constitucional já funciona. E funcionou num período em que o orçamento esteve até mais gordo e hoje em que o orçamento está mais magro nós deveríamos efectivamente alocar essa verba do Tribunal Constitucional a outras coisas.

Quando assistimos a intervenção da justiça e que dá o exemplo das acções do Tribunal Constitucional durante um ano, eu entendo que seria razoável esperarmos quando o orçamento estivesse mais gordo, repito mais gordo pudesse efectivamente criar Tribunal Constitucional que ninguém está contra Tribunal Constitucional. Eu faço apelo aos Srs. Deputados que sustenta o Governo para auscultar a oposição. Se é isso que Sua Excelência o Sr. Primeiro-Ministro disse que quer efectivamente que nós possamos dar a nossa colaboração, a nossa contribuição. O Governo está cá para argumentar e o Governo poderá dizer-nos porquê e se calhar nos convencer, mas não é necessariamente os Deputados, nossos colegas, que devem defender a Casa Parlamentar sempre que possível põem-se logo numa situação de risada, escárnio, não é a coisa mais correcta no meu entender isso e inibe inclusive a gente dar a contribuição que merece dar.

O Sr. **Presidente**:— Muito obrigado Sr. Deputado. Eu creio que esgotamos as intervenções e assim podemos pôr a votação a proposta. Sr. Ministro quis intervir?

Tem a palavra o Sr. Ministro das Finanças.

O Sr. **Ministro das Finanças Comércio e Economia Azul**:— Eu não sei se deveria fazer algum comentário a volta da prioridade de Tribunal Constitucional, porque sei que esta questão é uma questão que nesses últimos tempos tem sido objecto de muita discussão.

O Sr. **Jorge Correia** (PCD):— Peço desculpa. Gostaria de pedir a benevolência deste fórum em que estamos, se não nos é possível fazer um intervalo zito quer para o Sr. Ministro e eu para irmos fazer abertura da feira internacional.

O Sr. **Presidente**:— Nós já tínhamos colocado a questão. Nós vamos fechar esse capítulo e vamos já.

O Sr. **Jorge Correia** (PCD):— Muito obrigado.

O Sr. **Ministro das Finanças Comércio e Economia Azul**:— Portanto como vinha dizendo, é uma questão que tem sido objecto de discussão ao longo desses últimos tempos e gostaria de dizer que ela é prioridade do Governo e não só ela como a criação de outros tribunais, porque como disse inicialmente a dotação não é só nos dotarmos também para Tribunal Constitucional mas também dotamos juizes para outros tribunais como aqui se fez referência ao nível da primeira instância.

A Deputada Dra. Maria das Neves fez referência a verbas para funcionamento do próprio Tribunal Constitucional e assim gostaria de dizer que até este momento a gestão dos tribunais é de forma centralizada e no que diz respeito a materiais de consumo e bens doiradores está numa verba centralizada em que a DAF a Direcção Administrativa e Financeira dos tribunais faz a gestão da mesma. E por isso qualquer necessidade elas englobam dentro da verba inscrita para funcionamento dos tribunais. Acho que é o que me oferece agora comentar a volta disso e portanto todos os outros aspectos acho que já foram sobejamente discutidas uma vez que a criação do Tribunal Constitucional é uma lei e cabe ao governo dotar verba para o seu funcionamento.

O Sr. **Presidente**:— Eu creio que depois de Sr. Ministro ter respondido, poderemos então colocar a proposta a votação. A proposta apresentada pelo grupo parlamentar de MLSTP/PSD em diluirmos as verbas da criação do Tribunal Constitucional e reafecta-las novamente a Supremo Tribunal de Justiça, Delegação da Procuradoria da República em Lembá, Delegação da Procuradoria em Príncipe, Serviços de Protecção Civil e Bombeiros, Centro de Aconselhamento Contra Violência Doméstica, Instituto de Droga e Toxicodependência. Esta é a proposta.

Tem a palavra o Sr. Ministro das Finanças.

O Sr. **Ministro das Finanças Comércio e Economia Azul**:— Eu não estou contra a colocação da proposta a discussão só que tecnicamente não é possível. Eu só quero chamar atenção porque tecnicamente não é possível a essa reafecção a esses sectores principalmente porque trata-se de transferência de verbas com o pessoal. Dois, porque essas reafecções dizem respeito ao investimento. E portanto é essa chamada de atenção. Mas não estou contra que se coloca a proposta a votação.

O Sr. **Aérton Crisóstomo** (MLSTP/PSD):— Sr. Ministro, ainda não temos orçamento!

O Sr. **Presidente**:— Sr. Ministro, os sectores que eu elenquei vive de investimentos e despesas correntes. E questões que o Sr. Ministro se referiu é a questão na execução do orçamento que ainda não

temos. E daí podemos fazer todas as alocações possíveis e criar unidades se for o caso. Estamos a discutir o orçamento. É um aparte, mas no entanto vou colocar a votação a proposta.

O Sr. **Ministro das Finanças Comércio e Economia Azul**:— Não é verdade. Porque nós estamos a falar despesa com o pessoal e ela tem um limite apresentado. E se nós fizermos alteração, ela vai modificar o tecto daquelas despesas que os senhores estão a fazer reafecção. Então, tecnicamente não se pode diminuir uma despesa com o pessoal para aumentar outra despesa com o funcionamento. Não pode. Quem elabora orçamento sabe.

A Sra. **Maria das Neves** (MLSTP/PSD).— Sr. Ministro, a questão que se coloca, Sr. Ministro acabou de dizer que as despesas correntes dos tribunais estão centralizadas nas DAFs. O que eu pergunto é. Os três biliões que aparecem no Tribunal de Constitucional são para quê? Para despesa corrente ou para despesa de capital? Se há uma concentração de despesas correntes na DAF.

O Sr. **Presidente**:— Tem a palavra o Sr. Ministro das Finanças.

O Sr. **Ministro das Finanças Comércio e Economia Azul**:— Eu, já fiz referência que estas despesas são despesas relacionadas com o pessoal de Tribunal Constitucional.

O Sr. **Presidente**:— E estamos a referir a um tribunal que ainda não existe. Mas no entanto Srs. Deputados a proposta foi apresentada e está na Mesa. E assim coloco a votação.

Submetida à votação, foi reprovada com 5 votos de Grupo Parlamentar de ADI, e 4 votos a favor dos Grupos Parlamentares de MLSTP/PSD e de PCD.

O Sr. **Presidente**:— Fechado essa parte, suspendemos o trabalho por um tempo de 10 minutos.

Eram 10 horas e 55 minutos.

Srs. Deputados, está reaberta a reunião.

Eram 12 horas e 5 minutos.

O Sr. **Presidente**:— Não sei se querem fazer alguma introdução.

Vozes:— Não, não.

O Sr. **Presidente**:— Se não agilizarmos. Srs. Deputados, intervenções a volta de Defesa e Administração Interna? Sr. Ministro da Defesa e Administração Interna, verificamos que orçamento inicial para 2017 e este rectificativo também apresenta alguns cortes no seu orçamento no que concerne a aquisição de monições...

Uma Voz:— Oh! É para cortar cabeça?

O Sr. **Presidente**:— ... conclusão de casa da Região Autónoma de Príncipe, aquisição de botas e fardamentos para unidade da guarda costeira, não sei se isso não constitui prioridade para o seu ministério ou se no quadro...

O Sr. **Pedro Carvalho** (ADI):— Isso é uma falta de respeito.

O Sr. **Presidente**:— Sr. Deputado, posso pedir a sua expulsão na Sala. Convinha conter. O bom do respeito e de relacionamento existente entre nós seria bom conter. Como dizia não sei se isso constitui ou não prioridade do seu ministério no quadro da cooperação que existente com os parceiros se isso será ou não abrangido no quadro da cooperação em volta disso esclarecer se faça favor.

Tem a palavra o Sr. Ministro de Defesa.

O Sr. **Ministro da Defesa e Administração Interna** (Arlindo Ramos):— Vou começar pela Região Autónoma de Príncipe. Aquilo que constava no orçamento para a conclusão da obra de Príncipe particularmente a residência do comandante regional do exército e nós achamos que foi feita uma primeira fase da obra em 2016 e portanto a segunda fase como é uma fase que podíamos encontrar outras soluções decidimos também não continuar com essas obras no que concerne a residência do comandante regional do Príncipe.

O que nós no nosso orçamento cortamos sobre outras verbas de que falou, achamos que alocação foi feita a outras prioridades que temos nesse momento. Temos um problema grave de fardamentos e é por isso que se vê que a verba de fardamento foi aumentada. E portanto é essa prioridade que achamos. Retiramos essas verbas para alocar a aquisição de fardamentos que é o mais importantes para nós nesse momento. Como sabe, temos um período de corporação anual que vai de Julho a Setembro e neste momento estão a decorrer duas corporações tanto dos fuzileiros como das forças armadas e assim é essa prioridades que achamos ser essencial tendo em conta a escasseis de fardamento que nós não temos. E por isso retiramos essas verbas e alocamos para aquisição de fardamento.

O Sr. **Presidente**:— Não sei se há alguma interpelação ao ministro no que concerne a Defesa e Ordem Interna. Para dizer que a ordem interna também está a tutelar as Câmaras Distritais, não é só Defesa e Segurança Interna também é o território. Alterações, propostas. Tem a palavra o Sr. Deputado Arlindo Barbosa.

O Sr. **Arlindo Barbosa** (MLSTP/PSD):— O meu pedido de palavra é para fazer referência a órgãos de poder local e peço que não vêm a intervenção como uma questão de bloqueio. Estamos aqui para contribuir e apresentar propostas. Toda gente sabe que hoje o poder local é um órgão muito importante e está ligado directamente as comunidades e as populações e assim notamos cortes significativos tanto nas despesas correntes como nas despesas de investimentos.

E hoje se nós no quadro da visita que fizemos, vimos que de facto que as câmaras estão asfixiadas em termo de cortes que estão sofrendo desde 2015 e o piora um pouco agora em 2017. Infelizmente, há órgãos de poder local que nós não podemos enfim visitar para ter dados concretos, mas pelo menos daquelas autarquias que visitamos, podemos ter alguns dados e é destes dados que vamos fazer referência. E sei que esses cortes também decorrem em todas as autarquias locais, mas fazemos referência por exemplo a Caué que mesmo na despesa corrente desde 2016/2017 há um corte de 20% que em termos de números traduz para câmara de Caué cerca de 75 milhões de dobras que consideramos muito valor.

E toda gente sabe que as autarquias têm dívidas com terceiros e há serviços que devem ser pagos, a segurança social e enfim em função daquilo que está programado ao nível das autarquias. Penso que esse corte está ao nível de todos distritos. 20% para Caué, é diferente a 20% por exemplo de Mé-Zóchi, porque sabe que despesa corrente para Mé-Zóchi ou Água Grande é superior em relação a outros órgãos. E trago uma proposta, porque vejo aqui numa rubrica 21.101 que faz referência a todos ministérios sobre a questão de missão ao exterior e outras despesas correntes diversas com vários valores.

Há ministérios para cima de 1 bilhão enfim e eu não quero aqui apresentar esses quadros, mas a minha proposta e que vem do Grupo Parlamentar de MLSTP/PSD é que essas despesas sejam reduzidas em 10% em todos ministérios e que o remanescente que sai desses valores de redução de 10% e que sejam afectas a todas as autarquias locais. E é preciso ressaltar um aspecto sobre a questão das autarquias locais e penso que atribuição de verbas seja elas das correntes e que de capital penso que o Governo deve incidir em vários critérios.

Não sei se o critério que tem utilizado é só para densidade populacional, mas aqui eu quero fazer referência ao governo que toma também em consideração a extensão territorial e o índice de pobreza. Porque sabemos que há distritos que estão a um limite e é preciso também tomar em consideração no quadro de afectação de verbas. Eu tomo o exemplo como Caué, porque para Caué o investimento em 2017 na sua programação aquilo que foi aprovado na assembleia distrital rondava acerca de 29 mil milhões face as limitações. Afectou ou programou no orçamento 2017 cerca de 4 mil milhões e está agora 2 bilhões no investimento.

Isto significa dizer que há uma redução total. Mas a minha proposta é que por se tratar de despesas correntes então que se reafecta autarquias para permitir que esse corte que foi feito ao nível de todas autarquias incluindo a Região Autónoma de Príncipe possa alocar essas verbas de despesas corrente para atender as necessidades dessas autarquias. Eu faço chegar rapidamente também a Mesa da 3ª Comissão enfim essa proposta de alteração.

O Sr. **Presidente**:— Tem a palavra o Sr. Ministro das Finanças.

O Sr. **Ministro das Fianças, Comercio e Economia Azul**:— Primeiro para dizer que nós fizemos alguns ajustes na verba de investimento dos serviços autónomos, das câmaras e da Região Autónoma de Príncipe, mas não fizemos em relação as despesas correntes. Só aos investimentos. As despesas correntes não procedemos nenhuma alteração.

No segundo para dizer ao Sr. Deputado que também acho bastante importante que se dê uma atenção especial aos serviços autónomos através de reafectação de verbas, mas elas têm que estar disponível, porque não vale apenas reafectarmos e depois não executarmos ao longo do exercício. E temos que ter a plena consciência que mesmo durante vários anos as câmaras sempre reclamam e nesse palco de Assembleia sempre ouve-se isso. É que o valor programado nunca é transferido na sua totalidade.

O esforço nesse orçamento rectificativo é de ver se nós colocamos aquele valor realmente que conseguimos transferir para as câmaras para que os responsáveis das câmaras façam a sua programação em relação a esses montantes. Portanto, é preciso sermos coerentes com aquilo que vamos fazer e não deixar a câmara com uma margem de previsão muito grande engajando acções e projectos que depois no final do ano não terá recursos para dar cobertura.

E a título de exemplo eu quero dizer-vos que essa questão levou a uma situação de que muitas câmaras eu não digo em relação a Câmara de Caué felizmente, muitas câmaras têm dívidas avultadíssimas na praça com fornecedores estrangeiros. Eu tenho recebido cartas de fornecedores estrangeiros com dívidas avultadíssimas. E eu acho que nós devíamos evitar essa situação, porque depois eu faço essa reafecção aqui ao nível do orçamento, depois no final do ano eu não consigo fazer a transferência, então a câmara engaja as despesas e as acções, chegamos no final do ano e elas não conseguem executar.

Eu gostaria de reafirmar que eu reconheço, eu vou tomar boa nota em relação a essa observação, em relação a extensão da dimensão territorial, a dimensão territorial de Caué, e uma atenção especial em nós temos que afectar um pouco mais de recurso para câmara de Caué.

Segundo ponto, é para dizer que, infelizmente essa reafecção proposta pelo Sr. Deputado pode não acontecer, porque essas verbas inscritas são verbas que são execução, e grande parte, elas estão em execução, elas estão no orçamento rectificativo, mas elas estão em execução. Portanto aqui não está o valor executado e o valor que resta. Está o valor global para o ano, e o rectificativo. Dai que nós podemos correr o risco de fazer essa proposta, e no saldo existente neste momento não corresponder ao montante que nós queremos. Por isso é preciso que nós façamos alguma análise técnica disso, eu concordo plenamente consigo, mas temos que fazer uma análise técnica para saber se nós podemos ou não.

Para isso eu peço um pouco de detalhe em relação ao director de orçamento, que é alguém que acompanha a execução do orçamento, para ele nos dar mais ou menos o ponto de situação para termos a noção e sempre na perspectiva de que se houver alguma possibilidade da gente afectar algum valor para câmara de Caué que o façamos.

O Presidente: — Obrigado Sr. Ministro. Mas a proposta levantada pelo Sr. Deputado Arlindo Barbosa, não só relaciona com a câmara de Caué.

Tem a palavra o Sr. Deputado Arlindo Barbosa.

O Sr. Arlindo Barbosa (MLSTP/PSD) — Sem aperreção, bom para corrigir. Ainda bem que sou Presidente da Comissão, eu não estou a fazer referência a Câmara de Caué, só estou a dizer porque no quadro da nossa visita nós não fomos recebidos por todas as câmaras, e fiz advertência na minha primeira intervenção, por isso não temos dados reais. Aqueles que temos dados é que estamos a falar, que é a Câmara de Caué, e um pouco Água Grande que não detalhou muito.

Sr. Ministro, eu posso estar a concordar com o Governo, dizer que há câmaras com dívidas avultadíssimas. O Governo está lá para tomar medidas, penso que na base da lei as autarquias têm um limite, qualquer autarquia não pode ir ao seu belo prazer está a contrair dívidas, sobretudo com empresa estrangeiras sem ter um critério, sem ter um limite, e eu penso que nessas questões o Governo tem que por ponto final e isso não pode ser justificação aqui no parlamento dizer que há somas.

Somas avultadíssimas queremos saber em termos execução orçamentar que câmaras têm essas somas avultadíssimas de dívidas, e se cumpriu ou não os parâmetros que está estabelecido na lei.

O Sr. Ministro falou-nos aqui de despesas enfim, porque não se pode dar muito a câmara porque enfim, engajam-se em muitos projectos depois não são conclusivos.

Sr. Ministro, por exemplo em Caué que nós temos dados, programou no seu orçamento 29 mil milhões para 2017. O Governo fase a restrição colocou no Orçamento Rectificativo no primeiro orçamento 4 mil milhões, esse rectificativo desceu para 2 mil milhões, em termo percentuais o Sr. Ministro tem que concorda comigo, como é que isso reflecte aquilo que é andamento da câmara, e mesmo agora para seis meses depois do ano económico só recebe cerca de setecentos e cinquenta, segundo a luz que o próprio governo fez aquando da discussão na generalidade.

Despesas correntes, Sr. Ministro, eu estou a falar daquilo que são as palavras do Presidente da Câmara de Caué, que nas despesas correntes desde 2016 foram cortadas cerca de 25%, e que corresponde a cerca de 75 milhões de Dobras mensal. Por isso, é que é preciso sabermos, eu estou a falar sobre o controlo daquilo que são as informações que vieram. Por isso, é que, mesmo que diz que as verbas estão aqui programadas até fim do ano, remanescente ou não, eu estou na base daquilo que está programado. Eu vejo aqui missões exteriores e outras despesas correntes que não específica cerca de um bilhão e tal, é desta verbas e em todos ministérios aqui para não personalizar eventualmente, viagens de uns e dos outros, para permitir receiptá-las a nível das autarquias.

E eu não estou a cingir-me só na autarquia penso que as dificuldades, é em todas as câmaras, e eu penso que nós temos Deputados aqui regionais, Deputados distritais, que possam também de facto, porque afinal o poder local é que esta junto da população, é poder local que esta lá com as comunidades que conhece de facto o dia-a-dia, e os problemas das comunidades e da população. É uma proposta, ok é uma proposta, mais caberá o Governo enfim, fazer o seu reajuste em função daquilo que tem para ser

distribuído, no meu entender acho que há verbas que estão altas nessas rubricas que podem muito bem reafectá-las, de despesas correntes. Muito obrigado.

O **Presidente**: — Tem a palavra Sra. Deputada Maria das Neves.

O Sra. **Maria das Neves** (MLSTP/PSD). — Muito obrigada Sr. Presidente. Sr. Ministro, nós da visita que efectuamos as câmaras, das poucas tendo em conta que as outras não quiseram abrir as suas portas para nos receber, constatamos que o poder local, portanto as câmaras não têm uma real descentralização, ou seja não tem autonomia, não tem autonomia Administrativa e financeira e patrimonial, e diz-se de facto que vem agora as questões dívidas, porque se tivessem autonomia não estariam a contrai dívidas para que seja o Governo, a assumir portanto a acarretar com essas dívidas.

E foi nos dito também que a União Europeia teria ajudado a associação das autarquias a elaborar algumas leis, nomeadamente a Lei das Autarquias Locais, Lei Quadro das Autarquias, Lei das Finanças Locais, Estatutos dos Autarcas que esta lei teria sido submetido ao governo. Bom não me recordo, ter visto esta aqui ao nível do parlamento, gostava de saber se de facto isso corresponde a verdade, e em que posto esta a questão desta lei. Porque eu julgo que é uma lei que poderá ajudar de facto a minimizar alguns problemas atribuindo ao poder local maior autonomia para que possam de facto desempenhar as suas funções, tendo em conta a sua proximidade com a população. É isso que eu gostaria de solicitar e muito obrigada.

O **Presidente**: — Obrigada Sra. Deputada. Não sei se tem mais intervenções?
Tem a palavra o Sr. Deputado Aérton Crisóstomo

O Sr. **Aérton do Rosário** (MLSTP/PSD). — Obrigado Sr. Presidente. Eu tomo a palavra para, na sequencia daquilo que abordou o Sr. Deputado Arlindo Barbosa, no que concerne aquilo que o Sr. Ministro das Finanças referiu, com a contracção dos créditos pelas câmaras, aqui nós temos suporte legal que disciplina isso, podemos ver o artigo 42.º no subsistema do tesouro público, o numero 4 e 5 diz claramente, «que os organismo público com autonomia administrativa e financeira só poderão recorrer a empréstimo no mercado interno sendo estes recursos sujeitos a parceiro prévio escrito favorável do Ministro responsável pela área das finanças» e o número 5 diz ainda, «as empresas públicas é autorizada ao recurso de crédito externo, desde que obtido o parecer prévio escrito, e favorável do ministro responsável pela área das finanças».

Agora, perante isto cabe o Ministério das Finanças, disciplinar determinadas atitudes, porque de facto ninguém pode desobedecer a lei e recorrer a créditos sem capacidade de pagamento. Era isso a minha contribuição.

O **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Ministro da Administração Interna?

O Sr. **Ministro das de Administração Interna**: — Obrigado. É só para responder a Sra. Deputada e Vice-presidente da Assembleia, Maria das Neves, que é verdade que recorremos com financiamento de PNUD e União Europeia, a revisão das leis autárquicas, desde a Lei Eleitoral, a Lei-quadro e também uma proposta de chamado estatuto dos eleitos e locais, porque havia uma necessidade de acordo com a reclamação dos eleitos locais, havia uma necessidade de definir qual é o estatuto desses eleitos.

Portanto, nós recorremos ao PNUD e a União Europeia, para nos ajudar a fazer a revisão da lei, e lançou-se um concurso, e concurso foi ganho por uma instituição nacional, que elaborou as propostas, mas há questões nas propostas que precisam ser ainda discutidas.

Por exemplo, na proposta do estatuto dos eleitos locais há uma tentativa de equiparação, de equiparação dos eleitos locais aos Deputados Nacionais, aos Deputados Regionais, desde aquilo que são atribuições e regalias. Portanto nós achamos por bem que essa proposta não era muito satisfatória. Portanto teríamos que discuti-la ainda mais para ver, porque não podemos por no mesmo nível os eleitos locais, em ralação ao Deputados Nacionais. Porquê, que eu falo disso? Falo disso porque há uma tentativa de fazer crer, que por exemplo um eleito local, um vereador, tem as mesmas regalias que um Deputado. Portanto nós achamos que não, ao nível do Governo nós achamos que não, que se devia discutir e encontrar outra alternativa para as regalias.

E além disto, na lei dos exercícios dos cargos políticos e públicos, portanto determina a quem são os beneficiadores das regalias. Portanto, para além do Estatuto Deputados, há uma lei de exercício de cargos públicos e políticos, que atribui algumas regalias aos elementos eleitos locais. Portanto, é nessa base que eu acho que essa lei não respondia, não obstante ter feito com a participação de toda a autarquia, nós temos inclusive alguns Deputados que eram na altura vereadores e participaram na elaboração dessa lei.

Mas é preciso nós temos algum cuidado, é nessa base que nós estamos a trabalhar, portanto já concluímos algumas delas, algumas propostas já foram revistas, mas nós entramos na questão mais polémica que é o estatuto dos eleitos locais. E essas propostas já estão no fim, já estão quase concluídas portanto penso ainda na próxima sessão legislativa que será em Outubro, introduzi-las para discussão.

O **Presidente**: — Obrigado Sr. Ministro. Não sei se o Sr. Ministro das Finanças quer intervir, quanto a proposta apresentada pelo Sr. Deputado e a explicação na defesa.

O Sr. **Ministro das Finanças, Comércio e Economia Azul**: — Portanto, foram duas questões, eu começo pela última em que o Deputado Aérton Crisóstomo fez referência. Portanto, quando eu fiz referência não falei de crédito, falei de dívidas aos fornecedores, portanto são algumas câmaras que recorreram aos fornecedores, para fornecimento de alguns equipamentos, que realmente ascendem ao montante bastante elevados, portanto não vou aqui discriminar quais são essas câmaras, mas é uma dívida que já vem de algum tempo desta parte, e que o fornecedor nesse momento vendo-se prejudicado tem escrito directamente ao governo. Por isso, é que eu fiz a referência. E isso também foi mencionado no relatório de inspecção que foi feito as câmaras, e foi mencionado também a existência dessas dívidas avultadas, proveniente de contratação de serviço aos fornecedores sem divido cabimento orçamental.

Em relação a proposta do Deputado Arlindo Barbosa, eu percebi muito bem aquilo que disse, não é só em relação a Câmara de Caué, mas como fez, tomou como exemplo, eis a razão que eu fiz maior referência a essa câmara.

E voltar a dizer que o Orçamento Rectificativo vem rectificar o orçamento 2017 aprovado. Portanto, é nessa perspectiva também que eu disse, eu não estou a falar em relação ao orçamento 2016, mas estou a referir-me ao orçamento 2017 inicialmente aprovado. Não houve alteração em relação a despesas correntes. Houve alteração em relação aos investimentos.

Outra questão é que como eu disse e volto a firmar, e eu disse que o Director do Orçamento depois dará pormenores, nós ao fazemos essa proposta em relação ao valor que esta cá, nós corremos o risco nem a chegar ao montante que faz referência, porque com uma execução de cerca de sete meses de orçamento e uma verba inscrita, mesmo se ela for duodecimal, ela já tem uma execução de sete sobre doze, então uma percentagem seria uma coisa irrisória e sem saber que essas verbas de aquisição de serviços, muitas vezes aquelas que não cumprem o regime duodecimal, elas são utilizadas e esgotadas quase ao meio do ano.

Por isso é que eu tecnicamente eu acho que não é uma boa solução, em fazemos essa afectação depois acontecer aquilo que eu disse logo de seguida. Estar o valor, e nós não conseguimos, realmente executá-las. É nesse sentido que eu queria defender.

O **Presidente**: — Obrigado Sr. Ministro.

Tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Correia. Para depois Sr. Director do orçamento tecer considerações.

O Sr. **Jorge Correia** (PCD). — Bom, eu sinto-me um tanto quanto ultrapassado, mas o que eu compreendi do Sr. Ministro em relação as dívidas, é de que as dívidas camarárias são de que por vezes é estou a falar por experiência própria, já fui autarca.

Aparece inscrito no orçamento um determinado valor e a gente faz essa distribuição por duodécimo, mas aquilo que fica cativo normalmente e é em função disso que se vai a praça pedir este ou aquele artigo, esta ou aquela mercadoria, e por vezes a finanças não desbloqueia esse montante, e a não desbloquear este montante as dívidas começam amontoar-se.

Não se pode atribuir isso como culpa, como culpado sendo os autarcas, mas a questão é a capacidade portanto do orçamento, de pôr a verba alocada ao autarca atempadamente e em função do valor que estipulado por duodécimos.

Há uma questão que se me põe relativamente aqui ao Sr. Ministro de Defesa e Administração Interna, é nessa questão de leis de finanças locais, eu sei que se fala bastante da questão de autonomia administrativa e financeira, porque há uma outra lei que de certo modo contraria esta situação, que é que não sei se estou certo parece-me que um órgão para ter autonomia administrativa financeira, tinha que ter creio dois terços da sua receita. Mas essa receita em relação as autarquias, aí é que é o pano de fundo, é que o governo tem que abrir as mãos, para que as autarquias comecem elas próprias a ter receitas dentro do seu próprio distrito. Há situações que nós entendemos que é mais fácil autarquia ir buscar dinheiro, do que próprio governo.

Vamos falar em colecta das casas, por exemplo: Eu conheci casos que até barro, terra, barro de Uba Budo por exemplo, era vendido aí na direcção de recursos naturais, quando se ia buscar barro no distrito de Cantagalo. Quem diz barro, diz pedreira e essas.

Eu acho que aí é preciso efectivamente que ao elaborar a lei das autarquias locais, se toma muito em consideração essas situações, de forma que as autarquias e o Governo regional têm efectivamente capacidade de...

Eu falo, eu sei que o governo regional está bastante melhor nisto, seja como for. Mas ainda há outras coisas que eu acho que governo regional também carece e sofre dessa tal doença, mas é um problema grave porque, estando aí o Sr. Director de Tesouro e o Director do Património, portanto do orçamento, a tendência não abrir as mãos, para que esses órgãos possam eles próprios lutarem pela sua sobrevivência. Dai quando se fala de centralização e deslocalização, é preciso quando nós vemos às vezes o serviço estatal com pessoal a mais, esse mesmo pessoal deveria ser dirigido as câmaras para que as câmaras

funcionem melhor, e conseguem arrecadar fundos para sua própria sobrevivência, pois o poder local é poder de proximidade, quem efectivamente esta todos os dias com dores de cabeça em relação a população são os autarcas. Muito obrigado, eu espero bem quando a lei vier cá, mesmo antes de ela vir, Sr. Ministro tome em consideração esse aspecto. Muito obrigado.

O Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Abnildo d' Oliveira.

O Sr. Abnildo d' Oliveira (ADI). — Muito obrigado Sr. Presidente. Eu como todos outros colegas do meu grupo parlamentar, somos defensores das autarquias locais, do governo regional e das suas autonomias quer financeira, quer patrimonial, e julgo que as preocupações levantadas pela Sra. Deputada e Srs. Deputados, fazem sentido, e no entanto elas têm um enquadramento como alguns já me antecederam na revisão da lei da autarquia local e também das autonomias e não só.

Portanto, eu penso que nós estamos alongar muito o debate sobre a questão da gestão do organismo autónomo, nesse caso o poder local e regional, e no que concerne ao orçamento eu e a no meu grupo parlamentar também, subscreve essa visão do governo, porque de facto é o País real que nós temos. Porque as dívidas que esses organismos têm contraído, são sobretudo naquilo que tem como projecção no orçamento que é aprovado na Casa Parlamentar.

Um exemplo: Se uma câmara distrital tem no seu orçamento, se eu fosse presidente de câmara obviamente, tem no seu orçamento previsto 20 milhões, claro que eu iria fazer projecto de investimento calculado em 20 milhões. E que realmente não corresponde a verdade, tendo em conta a realidade do País e aquilo que é disponível do Tesouro do Estado. Logo a lógica de fixar o orçamento daquilo que é possível, eu penso que é lógico e é isso que eu subscrevo desta proposta que o Governo apresentou. Obrigado.

O Presidente: — Tem a palavra o Sr. Ministro da Administração Interna?

O Sr. Ministro de Defesa e Administração Interna: — Ok. Faça a intervenção do Sr. Deputado Jorge Correia, gastaria aqui de esclarecer algumas questões que prende com não descentralização de algumas competências para as câmaras.

Primeira questão: Nós temos um problema gravíssimo nos órgãos do poder local. Todas as competências do órgão do poder local resumem-se ao Presidente da Câmara. Quer dizer o presidente da câmara, é que faz tudo, e nós sabemos que os órgãos do poder local existem duas instituições, a Câmara e Assembleia Distrital.

E nós temos uma lei quadro das autarquias que define todas as competências das câmaras distritais e da assembleia distritais.

Portanto, é preciso e isso é uma política que nós já há três anos temos estado a fazer, a forma os vereadores para realmente assumirem essa competência, e proporem aquilo que acharem que deve o poder local exercer na base da lei quadro das suas competências.

O que acontece é preciso sermos realista. Nos distritos nós temos um problema de quadro gravíssimo. Porque andamos muitos anos a encher as câmaras com quadros políticos, e não quadros técnicos, não quadros devidamente preparados para realmente exercer essas competências que estão na lei. Agora, é preciso nós formamos mais gente e é por isso que nesta fase, estamos a trabalhar no sentido de melhorar essa gestão.

E essa gestão, porque hoje se nós vamos analisar o nível de receita das câmaras não é igual aos anos anteriores. Porque hoje nós atribuímos a câmara a competência de cobrar algumas taxas. Mas se nós formos em termos de legalidade que assembleia distrital devia assumir, a legalidade dessas cobranças não há competência, não há pessoas capazes de fazerem essas cobranças.

Muitas vezes nós tentamos culpabilizar o presidente das câmaras ou culpabilizar o Governo por não cumprimento de uma determinada actividade camarária. Mas muitas vezes essa responsabilidade é dos próprios órgãos distritais. Se nós perguntamos, e eu acho que a visita que o Grupo Parlamentar do MLSTP/PSD fez as câmaras, eu não sei se debruçou sobre esse assunto. Se perguntar quantas vezes reúnem assembleias distritais num ano, nenhuma vez.

Muita vezes o orçamento são elaborado, apresentado pelo presidente da câmara, nem se quer passa pela assembleia distrital, que devia ser Assembleia Distrital a aprovar o orçamento primeiro e depois ser submetido ao governo. Por isso, é que há essa dificuldade, eu acho que o problema está no funcionamento, o problema não nas verbas, porque nós temos governo que andaram a transferir milhões e milhões de obras, não estamos a dizer é nosso, outros governos transferiram também dinheiro para as câmaras, e vamos avaliar os resultados.

Vamos avaliar, as câmaras continuam endividadas, problemas continuam sem resolver, portanto o que nós estamos a dizer, é que nós temos que ser realistas, realmente com aquilo que temos. Porque o funcionamento das câmaras não depende só das transferências orçamentais. Depende daquilo que as câmaras apresentam para que faça. Nós já falamos várias vezes, por exemplo: Nós temos uma proposta na mesa que a partir de próximo ano, as câmaras venham cobrar a chamada contribuição predial urbana quer em relação as casas, e nós já formamos alguns vereadores. Formamos alguns vereadores, mas essa

formação para que esses vereadores dedicam ao nível dos órgãos distritais, para estarem preparados para matéria de cobrança, pode ser que daqui há um ano, eles não estejam mais. Não são novamente eleitos. E deixam de pertencer, e temos que voltar outra vez a formar. É isso que nós temos feito; temos andado para frente e para trás, andamos para frente, andamos para trás. Nós temos que dotar, temos que ver ao nível dos Distritos, trabalhar no sentido de melhorar a capacidade e as competências das Câmaras Distritais. Obrigado.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Correia.

O Sr. **Jorge Correia** (PCD):— Sr. Presidente, eu discordo linearmente com a questão que disse o Sr. Ministro.

Primeiro, a Câmara, quando o Sr. Ministro fala de formar os vereadores não é tanto assim: Primeiro, em São Tomé e Príncipe, há uma confusão tremenda no que concerne aos órgãos de poder local e órgãos de poder central, são coisas completamente distintas. O Ministro, quando é designado, por vezes, o Ministro pode até nem conhecer a área concretamente para o qual ele foi designado. Ele precisa é ter um staff à altura. Não são os vereadores é que têm que ter conhecimento do que é que se vai fazer em termos de colecta e não sei quantos. São os serviços e não os vereadores. Por isso, essa tal ideia de formar os vereadores está errada! Vereadores são políticos eleitos, vereador não é a capacidade intelectual é que faz um vereador. Vereador é a pessoa de que o povo gosta e que lhe deu voto

O Sr. Presidente contestou, acenando a cabeça.

Não como? Agora, o que é preciso é que ele lá, o Governo quer passar a colecta de predial urbana para a Câmara, as pessoas que fazem essa colecta, aí nas Finanças, algumas dessas pessoas têm que ser transitadas para as Câmaras. O papel do vereador é papel político, se as Assembleias não funcionam bem, há o Tribunal de Contas! Tribunal de Contas, periodicamente, Inspecção de Finanças, periodicamente deve fazer e ver o que é que foi aprovado na Assembleia o que é que não foi aprovado e pôr as coisas no lugar certo, no momento exacto. Agora, o que se passa é que por vezes, nós trabalhamos numa espécie de paternalismo; o Governo Central quer ser o patronato do Governo Local. Está incorrecto!

Eu já ouvi, inclusive, o Sr. Ministro aí, desculpe-me fazer essa crítica, eu estou a falar por ser autarca. E eu sinto-me autarca. Nós fomos à Câmara e demos orientação à Câmara. É completamente errado! Como é que o Governo vai dar orientação à Câmara? O Governo não dá orientação à Câmara. A Câmara é um órgão completamente distinto do Governo. E é isso é que tem que ficar claro.

As Leis são feitas, há organismos próprios, há órgãos próprios, nomeadamente, Tribunal de Contas, e própria a Direcção de Finanças e Tesouro, deve esses órgãos sim ir às Câmaras e, paulatinamente, fazer consciencializar o vereador que ele tem que obedecer, de certo modo, as normas que estão estipuladas pela Lei em relação às Assembleias Distritais. Como funciona o poder Regional. Agora, não há dúvidas que o que está acontecendo é que o Presidente da Câmara ele é tudo. Ele faz o que quer, domina o que quer, porque não há ninguém que o controla, porque, de fora, não há gente que lhe obriga a cumprir. Por isso, essa questão de formar quadros. Não formam os políticos nesse contexto. A descentralização faz-se com gente que está na Administração Central que deve paulatinamente ir passando para o Poder Local para ajudar o Poder Local.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Ministro, temos ainda mais um inscrito.

Sr. Ministro da Defesa: Eu estou de acordo com a sua opinião. O que eu mais gostaria é de lhe fazer uma pergunta. De me dizer, como é constituído o Governo Local, como é constituída a Câmara?

O Sr. **Jorge Correia** (PCD):— A Câmara é formada por dois órgãos: pelo Presidente e os vereadores, é o órgão executivo

O Sr. **Presidente**: — Sr. Ministro, vamos orientar os debates, estamos a gravar.

O Sr. **Ministro da Defesa e Administração Interna**:— Eu estou só a esclarecer. Portanto, é só para dizer o seguinte: Aceito a sua discordância aquilo que eu disse, mas também posso dizer-lhe uma coisa. A constituição do Governo Local, portanto do Poder Local, é o Presidente de Câmara mais os chamados os Vereadores Profissionais e os Vereadores Executivos, para além dos vereadores que estão na Assembleia Distrital.

Os vereadores executivos para poderem exercer a sua função têm que ser formados. Eu não estou a dizer que eles são os executadores, os que vão executar, mas têm que ser formados para entenderem aquilo que realmente os seus serviços executam. Eu tenho, por exemplo: um Presidente de Câmara, tem um vereador para a área de infra-estruturas, economias...ele não sabe nada! E ele não pode ser formado para entender o que é infra-estrutura? Ou o que é economia?

O que é o urbanismo? Ele tem que ser formado para entender para ele constituir o seu serviço de apoio. É como um Ministro! O Ministro também não executa tudo. Mas o Ministro é um político. Por isso, é que eu estou a dizer. O vereador está lá na Câmara, sim senhor, como um profissional. Eu não estou a falar dos vereadores que estão nas Assembleias Distritais. Porque aí, os vereadores têm que exercer a função de fiscalização, compete a eles exercerem. Mas as Câmaras, nós temos que ter os vereadores que tem que ajudar o Presidente a executar o seu trabalho. É isso só que eu quero esclarecer. Mais nada.

Entretanto, assumiu a presidência a Sra. Vice-Presidente Maria das Neves.

A Sra. **Presidente** (Maria das Neves):— Agradeço o Sr. Deputado, pedimos também que seja célere, porque o tempo urge.

O Sr. **Jorge Correia** (PCD): — Sra. Presidente em substituição, essa questão é uma questão que necessita de ser trabalhada. Sr. Ministro, põe a questão do presidente da Câmara e os Vereadores são executivos, a Assembleia Distrital não tem verdadeiramente vereadores; têm Deputados da Assembleia que têm a questão de legislar e fiscalizar.

Agora, é um autarca, mas considera-se deputados. Não façamos confusão entre vereadores... em relação aos vereadores, quando o presidente de câmara é eleito mais os vereadores, escolhe-se dentre os vereadores aquele que pode ir para ali, aquele que pode ir para acolá. Não quer dizer que não se pode formar vereadores. Vereador é formado, mas próprio o Sr. Ministro disse que há mandato. Portanto, três anos, ele tem formação durante um ano está a fazer formação, dois anos, ele está a executar. Mas depois do 3º para 4º ano, ele sai entra outro vereador, tem-se que fazer nova formação.

O mais importante não é formação para vereador. É importante sim senhora. Mas o mais importante, é formação para o pessoal que vai trabalhar nas Câmaras. Sai um vereador entra outro, há lá gente a trabalhar. Já tem conhecimento, isto é que problema que nós temos nas autarquias. E, muitas vezes, o Governo não dá... não estou a dizer deste Governo é, de todos os Governos, de uma maneira geral. Eu estou a dizer, porque eu passei por vários Governos e eu sei como é que é! Eu fui Presidente da Associação dos Municípios! O importante é não deixar mesmo que o poder local evolua, porque querem ter segurado as rédeas das coisas aqui no centro da cidade e isto pode, efectivamente, criar muitos problemas ao poder local. Eu aconselho a qualquer governo, se souber descentralizar, o poder local faz um bom papel para o poder central.

A Sra. **Presidente** (Maria das Neves):— Muito obrigada Sr. Deputado Jorge Correia, passo a palavra a Sra. Deputada Beatriz.

Não tinha terminado?

O Sr. **Jorge Coreia** (PCD):— Eu acho que não vamos polemizar isso muito, porque vamos ter quadro próprio para depois discutir isso. Quando chegar ao momento, nós discutiremos. Mas eu, inclusive, se o Sr. Ministro quiser, no momento, eu até posso apoiar, porque é uma matéria que eu gosto e é uma matéria que andei a trabalhar nisso.

A Sra. **Presidente** (Maria das Neves):— Muito obrigada, Sr. Deputado Jorge Correia. Passo a palavra, agora a Sra. Deputada Beatriz Azevedo.

A Sra. **Beatriz Azevedo** (MLSTP/PSD): — Obrigada Sra. Presidente. Sr. Ministro de Administração Interna, falando das Câmaras Distritais do País, sou Deputada nacional e com residência na Cidade de Angolares, eu tenho acompanhado atentamente os trabalhos que têm feito, ou seja as reuniões que são feitas a nível das Câmaras, da Câmara Distrital de Caué, para dizer que não concordo com aquilo que disse que a Assembleia Distrital, «pode acontecer nas outras Câmaras, ou seja nos outros Distritos» mas, a nível da Câmara de Caué, tenho informação credível que se encontram regularmente a Assembleia Distrital, juntamente com a Câmara Distrital para discutir os problemas que afectam o Distrito.

Segunda questão, Sr. Ministro, com fontes credíveis do Presidente da Câmara Distrital de Caué, quando o Deputado Arlindo Barbosa colocou a preocupação que vem tendo a nível dos cortes que são feitos às Câmaras, para dizer que em Caué, em 2016, o Poder Central ficou com um valor de 75 milhões referentes ao mês de Novembro, e voltou a reter 75 milhões no mês de Dezembro de 2016. E para dizer que nós já estamos no mês de Agosto, segundo a informação o Presidente da Câmara Distrital de Caué, em Janeiro de 2017, o Governo Central voltou a reter 50 de dobras, em Janeiro, e, em Fevereiro, 50 milhões de dobras, de despesas correntes.

Têm tido cortes nas despesas correntes, dizendo que os cortes não são feitos na despesas correntes, para dizer que são feitas, por isso tive que ligar para saber informações corretas, onde o Presidente da Câmara Distrital informa que, em Janeiro de 2017, o Governo central reteve 50 milhões de dobras, e em Fevereiro do mesmo ano, voltou a reter esse valor. Para dizer, Srs. Ministros de Finanças e de Ordem Interna não sei se sabem, a Câmara Distrital de Caué tem mantido, ou seja, tem feito a despesa com

relação a combustível para alimentar o aparelho de TVS que está colocado na zona de Soledade, na roça Soledade, e aquela estação tem estado a ser mantida pela Câmara de Caué, sabendo que a rede eléctrica que liga a cidade capital até Angolares não chega a Roça Soledade.

Então, para nós os habitantes do Distrito de Caué, acompanhar a TVS a nível do Distrito, e TVS só entra no ar a partir das 18 horas até 23 horas. E quem tem alimentado aquela despesa com combustível, não só como a manutenção do próprio gerador, com pagamento de pessoal que cuida daquilo é a Câmara Distrital de Caué. Então, se cortam verbas, quer dizer que daqui para frente, a nível de Caué, nós não vamos ter que acompanhar a TVS, a nível do Distrito. Para dizer também, Sr. Ministro das Finanças que a Câmara Distrital de Caué tem um acordo com Área de Saúde de Caué para ajudar na despesa, com as pessoas carenciadas, ou seja, a população idosa.

E há 3 meses; já entramos em Agosto, há 4 meses, que a Câmara Distrital de Caué tinha de suspender esse acordo, por causa da dívida que vem aumentando, por causa da receita médica daquelas pessoas que não têm como pagar. Sabendo que Caué é um Distrito, onde maior parte das pessoas idosas foram pescadores e palaiês e não contribuíram para a Segurança Social, e hoje é a Câmara Distrital, em termos de pagamento, para eles terem aquela receita, estão sempre no hospital, então assinou-se um acordo. E com corte sucessivo dessas verbas vai afectar de que maneira aquela população que não tem poder de compra. Para dizer Senhor Ministro só de Janeiro até aqui, nós já tivemos mais de vinte óbitos no Distrito. E é muito! Para um Distrito que tem um número da população pequeno. E com todos esses cortes, quem sofre é o povo desfavorecido.

Eu sou de opinião, que se tem que fazer alguma coisa, face à taxa de pobreza. Porque não podem colocar Caué em mesmo pé de igualdade com os outros distritos que têm tudo mais perto. Porque, mesmo a nível da Câmara, o gasto que o Poder Local faz para vir tratar alguns documentos, algumas acções, dentro da cidade capital, não é igual o que vem de Mé-Zóchi, o que vem de Lobata e de outros Distritos. Muito obrigada.

O Sr. **Presidente**: — Obrigado Sra. Deputada. Vamos só fechar os inscritos.
Tem a palavra o Sr. Deputado José António.

O Sr. **José António** (ADI): — Muito obrigado Sr. Presidente. Eu não gostaria de alongar mais nessa discussão. Gostaria de sugerir a Mesa, que está a presidir os trabalhos, que cingíssemos no trabalho, quer dizer, no sentido de facilitar um pouco mais a nossa tarefa e avançarmos um pouco mais nesse sentido.

Mas há um aspecto que eu gostaria também aqui de deixar a minha contribuição: Quando se fez referência à formação para os autarcas e formação dos técnicos que trabalham nas Câmaras...É assim, é só pra dizer, nós temos um exemplo: a Assembleia Nacional, por exemplo, forma também os Deputados e forma também, nesse caso, os funcionários da Assembleia. Não é para entrarmos mais em polémica. É só para dizer que de uma forma ou de outra, é bom que se forme, não só os autarcas, como os funcionários das Assembleias ou das autarquias. É só para dar um exemplo concreto. Não é? A Assembleia Nacional, por exemplo tem esse aspecto. A ideia não é voltarmos à polémica. É só para dizer que, de facto, há essa situação aqui. Muito obrigado.

O Sr. **Presidente**:— Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Carvalho.

O Sr. **Pedro Carvalho** (ADI):— Sr. Presidente, eu não estava para intervir, mas eu considero que o Sr. Deputado Jorge Correia teve uma tirada, um tanto ou quanto infeliz, naquela questão de.....

Risos.

Sim Sr. Deputado. Na mesma esteira daquilo que foi dito pelo Sr. Deputado José António, eu falo com algum conhecimento de causa também. Eu já desempenhei funções numa edilidade camarária, e de facto, eu acho que, é necessário sim, desde os vereadores aos autarcas terem de facto, algumas formações, porque essa questão que levantou o Sr. Ministro sobre ... Eu acredito que, o que se passa é de facto, muitas vezes os Srs. Autarcas não sabem qual é o seu papel. E essa questão de fiscalização e da....quer dizer, a Assembleia Municipal pode legislar! Mas, todos nós sabemos, o Sr. Deputado também sabe, porque, por experiência própria, os processos legislativos nas Assembleias Municipais são ínfimos; quase que não acontecem.

Outra questão, isso sim, eu concordo consigo, que é a atractividade dos quadros em prestarem serviços nas Câmaras. Todos nós sabemos que...pronto, eu não sei que é que a nível do processo de descentralização do Estado, tem que haver de facto uma forma de criar algum incentivo para os quadros. Porque uma Câmara sem um bom técnico de contas, sem um jurista, eu acho que as coisas não funcionam muito bem. Há muitas Câmaras que têm muitos défices em relação a esses técnicos. Eu concordo perfeitamente que nós temos que arranjar uma forma de atrair alguns quadros, de maneira a apetrecharem essas edilidades camarárias. Muito obrigado Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Senhor Deputado, Jorge Correia.

O Sr. **Jorge Correia** (PCD): — Oh meu sobrinho! Muito obrigado.

Eu acho que o Sr. Ministro até disse e disse bem. Ninguém está contra a formação dos autarcas, ou dos vereadores. O que se está a dizer é que, os vereadores sim, mas particularmente a parte técnica é que deve ter aquela formação técnica. É nesse contexto é que se está...ninguém põe a questão de que os vereadores e os autarcas não devem ser...

Outra coisa é que, o que está em causa é a valorização das autarquias. Pouca gente se dá ao luxo de dizer, eu quero ser autarca. Porque o autarca não tem aquela posição, aquele valor que deveria ser dado a nível do País.

Murmúrios.

Como? Pois! É nesse contexto! Toda gente quer ser ministro. Mas ouçam uma coisa, vamos dar um exemplo simples: vamos falar dos deputados: O senhor vai a uma reunião, onde estiver deputados está ministro, a gente diz, Sua Excelência Sr. Presidente, Sua Excelência Sr. Primeiro-Ministro, Sr. Ministro, gente salta o deputado. É verdade ou é mentira?

Vozes: — : É verdade.

O Sr. **Jorge Correia** (PCD): — É a realidade que nós temos. Então o autarca é mais ou menos isso. Quando nós começarmos a valorizar os autarcas, irá para a autarquia gente com melhores condições políticas e técnicas para trabalhar.

O Sr. **Presidente**: — Muito Obrigado Sr. Deputado. Eu creio que nós fechamos as intervenções. Tem a palavra Senhor Ministro.

O Sr. **Ministro das Finanças, Comércio e Economia Azul**: — Sr. Presidente, é um debate bastante aceso à volta da questão das autarquias locais, que eu acho bastante importante e que esse debate seja levado à outras instâncias, aos outros níveis, para nós estudarmos questões de fundo de autarquia local, quicá, que passa mesmo pela reorganização da organização política do País. Eu quero dar só um exemplo simples, e espero que a Sra. Deputada Beatriz me entenda:

Eu conheço mais ou menos a Lei de Finanças Locais antiga, onde vê-se a estruturação daquilo que pode ser a alocação de recursos provenientes das actividades desenvolvidas em cada distrito. Se nós partirmos para essa equação, um dos distritos que terá, verá as suas verbas alocadas reduzidas é o Distrito de Caué. Porque os critérios lá definidos não favorecem muito, porque o Distrito, não obstante ter uma extensão territorial bastante grande, mas não tem grande actividade económica que possa ter alocações de recursos, em função da sua actividade; número de população e tudo isso. Portanto, é uma questão que nós temos que discutir de fundo. Se nós vamos nessa perspectiva, Água-Grande quase que leva mais de 70, 80 % de alocações possíveis. Portanto, são questões que nós temos que preparar e adaptá-las à nossa realidade.

Agora, em relação aquilo que disse a Sra. Deputada, não é porque eu não estou de acordo com aquilo que disse em relação à verba, mas eu fiz referência ao Orçamento 2017 aprovado e ao Orçamento que estamos a rectificar agora. Não houve redução de verbas correntes. Ela foi reduzida em função 2015/2016, mas 2017, em relação ao que nós estamos a discutir agora, não houve redução.

É isso que eu gostaria de esclarecer. Na minha intervenção inicial, eu disse à Senhora Deputada que se reconhece a necessidade de alocação de recursos, tendo em conta a distância que nós temos em relação à Câmara de Caué, em relação ao centro da capital e que há algumas coisas que são passíveis de serem discutidas com a própria Câmara. Porque, no âmbito de todo esse processo que nós estamos aqui a discutir, quando as Câmaras têm questões pontuais que carecem de intervenção do Governo, o Governo toma a responsabilidade de cortar os outros sectores e afectar essa actividade às Câmaras.

Isso tem acontecido! Pode ser que ainda não aconteceu em relação à Câmara de Caué, pode ser que já aconteceu alguma vez, mas há esse expediente em relação às Câmaras. Quer dizer que, se a Câmara tem esse défice de recursos para fazer face à determinadas situações pontuais, em negociações próprias, nós podemos fazer. A minha intervenção aqui em tentar mostrar aos Srs. Deputados que, fazendo cortes e alocação pode não ser efectivado, porque, de facto, no decorrer da execução, só por estar lá inscrito, não significa que, até final do ano se consiga executar essa verba. É minha abordagem em relação à questão. Obrigado.

O Sr. **Presidente**: — Mais questões?
Tem a palavra o Sr. Deputado Arlindo Barbosa.

O Sr. **Arlindo Barbosa** (MLSTP/PSD):— Eu não vou colocar uma questão em particular. Mas dizer que a proposta fica de pé, continua de pé. Para concordar com o Sr. Ministro que, por acaso autarquias locais é um sector importante, o exemplo disso, é a discussão que se fez aqui. É preciso reforma e essa reforma começa desde a legislação da Lei-quadro das Autarquias. E porque Caué é sempre penalizado nessa questão de distribuição das verbas, eu gostava que o Sr. Ministro, futuramente, pudesse também ver alguns critérios. Eu sei que o Governo talvez baseia-se em densidade populacional, mas seria bom ter em conta também duas questões que eu já avancei, e que o Sr. Ministro também concorda, que é própria extensão territorial e a questão do índice de pobreza. Penso que esses indicadores são importantes para permitir que essa distribuição de verbas tome em consideração esses distritos.

O Sr. Ministro de Administração, sem ovos não se faz omeletes; terá dito aí, não é para discordar consigo, de que de facto, a verba nem sempre é o factor, mas *flait* é importante para alavancar próprias as autarquias locais. Sem *flait* eles não conseguem. O poder local não faz absolutamente nada! Nem o Governo Central! Por isso, temos que pôr *flait* (a verba) a nível das autarquias e que o Governo Central crie mecanismos da sua fiscalização. Porque cada presidente, ou cada um fazer aquilo que quer, fora do quadro que é próprio benefício da população. Mas *flait* para as autarquias, num quadro de descentralização é importante e independentemente, do presidente da Câmara que estiver lá. Muito obrigado.

O Sr. **Presidente**:— Tem a palavra a Sra. Deputada Beatriz de Azevedo.

A Sra. **Beatriz Azevedo** (MLSTP/PSD): — Só para dizer ao Sr. Ministro das Finanças que a informação que tive sobre a verba que foi alocada para a Câmara Distrital de Caué para os meses de Janeiro e Fevereiro de 2017 reterem 50 milhões de dobras.

Nos outros governos pagava-se em retroactivos, mas segundo o Presidente da Câmara já fizeram uma nota para ver se as Finanças repunham o valor, e até agora nada.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Ministro das Finanças.

O Sr. **Ministro das Finanças, Comércio e da Economia Azul**: — Não estou a discordar daquilo que está a dizer a Sra. Deputada Beatriz Azevedo. Estou a lhe dizer que o montante que fora programado em 2017 é o mesmo que está no orçamento rectificativo actualmente para despesas corrente.

Por exemplo, o orçamento foi efectivo a partir de Fevereiro, então isso não contempla o valor exacto que se põe e isso em função daquilo que chamamos de «programação financeiro» que veio em relação a plataforma atribuído, mas o sector tem a incumbência, como disse e muito bem, de fazer uma nota e dizer que da verba programada para as despesas corrente para execução ainda tenho esse montante por receber o que será equilibrado durante o exercício.

O Sr. **Presidente**: — Penso que está esclarecido e esgotamos as intervenções, mas a proposta vinda do Grupo Parlamentar do MLSTP/PSD pelo seu proponente está de pé e creio submete-la a votação.

É uma proposta que na qual pedem,...

O Sr. **Ministro das Finanças, Comércio e da Economia Azul**: — Desculpa, mas quero voltar a chamar atenção para não alimentarmos esperanças falsas. Porque vamos defender aqui que estamos a alocar verbas para as câmaras e os presidentes das câmaras ficam na expectativa, vamos ver a execução dessas rubricas até então e veremos que elas têm uma execução já de 90% e não vamos conseguir fazer a realocação da verba porque ela já está executada. Então, vamos alimentar expectativas falsas, só quero chamar atenção, mas a Mesa é soberana e pode fazer qualquer proposta, mas há esse risco.

O Sr. **Presidente**: — A Mesa recebeu a proposta tem que pô-la a votação.

É uma proposta em que pedem a redução de 10% de todas as verbas com missões no exterior e outras despesas correntes diversas de quase todas as unidades, todos os ministérios no sentido de serem reafectadas as câmaras distritais e Governo Regional.

Uma Voz: — É investimento?

O Sr. **Presidente**: — É reforço corrente. Por isso ponho a votação dos Srs. deputados.

Com a explicação do Sr. Ministro pode ser que em determinadas unidades gestoras não tenhamos mais disponibilidade, saldo financeiro para suportar essas mesmas alocações, mas em unidades gestoras que tiverem certamente a Direcção de Orçamento saberá fazer o seu trabalho.

Submetido a votação, foi reprovada com 5 votos contra da ADI, 3 a favor do MLSTP/PSD e 1 a favor do PCD.

Tem a palavra a Sra. Deputada Maria das Neves.

A Sra. **Maria das Neves** (MLSTP/PSD): — Quero dizer aos Srs. Deputados do Grupo Parlamentar da ADI que não estamos em espectáculo nenhum. Não há nenhum teatro aqui, isso é democracia meus senhores, isso é exercício de poder. As pessoas estão a dizer é um teatro.

O Sr. **Pedro Carvalho** (ADI): — Ninguém disse nada aqui.

A Sra. **Maria das Neves** (MLSTP/PSD): — Eu ouvi, veio daqui, é um teatro. Já acabou o carnaval, isso é democracia, nem toda a gente tem que votar a favor, uns votam contra e outros votam a favor. Mas que não estejamos aqui com essas coisas porque isso não nos dignifica.

O Sr. **Presidente**: — Creio que assim esgotamos o Sector da Defesa e Administração Interna.

Quero só definir uma nova metodologia. Temos presente o Sr. Ministro da Agricultura em representação do Sr. Ministro de Emprego e Assuntos Sociais, a Sra. Ministra da Saúde e o Sr. Ministro da Educação.

Entraríamos em cada um desses ministérios e se tivéssemos propostas ou intervenções concretas focaríamos esses ministérios, caso não passávamos um pente finto rapidamente nesses ministérios.

Pela solicitação do Sr. Ministro da Educação entraríamos já no Ministério da Educação, Cultura, Ciência e Comunicação.

Tem a palavra a Sra. Deputada Maria das Neves.

A Sra. **Maria das Neves** (MLSTP/PSD): — Sr. Ministro, para uma questão de esclarecimento podemos constatar que no Orçamento Rectificativo foram suprimidos alguns projectos que tinham sido aprovados em Janeiro, tanto é que aparece no OGE aprovado aqui por esta Augusta Assembleia, nomeadamente escola em rede, foi suprimida, construção de Jardim de Infância em Bôbô Fôrro e Milagrosa, construção de Liceu em Lobata, Festival Gravana, polos distritais, tanto na parte da Universidade Pública, aí diz Radio Nacional, serviço de ensino e formação da Radio Nacional. Todos esses projectos que foram aprovados aqui foram suspensos agora neste Orçamento Rectificativo.

Gostaria de ouvir o seu ponto de vista, não é prioritário para o Ministério da Educação?

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Ministro da Educação.

O Sr. **Ministro da Educação, Cultura, Ciência e Comunicação** (Olinto Daio): — Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, bom dia.

Sra. Deputada, os projectos são prioritários, mas há opções.

Quando se vai a mesa no momento de lanche optamos por comer uma coisa ou outra. Tendo em conta a conjuntura actual o rectificativo como viram, o próprio Primeiro-Ministro e o Ministro da Finanças já explicaram a razão desta rectificação e por isso fizemos uma avaliação. Há projectos que vêm desde ano passado, como o Sr. Ministro já disse, em relação a outros ministérios há acções que já estão em curso, já foram desembolsados alguns recursos.

Por exemplo, o polo universitário, há todo um trabalho que tem que ser feito. Colocá-lo agora até final de Dezembro não iríamos executar toda a parte financeira, portanto, está na parte da concepção, as consultorias devem ainda ser feitas e como temos uma parte que está a ser feita também no âmbito do projecto que temos com o Banco Mundial para formação dos professores, e vai-se criar polos nos distritos e na Região Autónoma para formação dos professores a própria universidade poderá capitalizar esse recurso depois no próximo ano podemos voltar a repor para reforçar em equipamentos.

Mas as infra-estruturas já dialogamos com as câmaras, algumas já disponibilizaram espaço que não serão necessário obras. Apenas algumas aquisições no que diz respeito a equipamentos, internet, mas tudo isso será no âmbito do projecto de educação de qualidade para todos que está ser financiado pelo Banco Mundial.

Em relação a escola em rede é algo idêntico também, tem a ver com alguns projectos de internet nas escolas, o SIGE (Sistema Integrado de Gestão Escolar), começamos a fazer matrículas electrónicas tendo em conta a implementação do sistema, há equipamentos que também já adquirimos. Todo o processo de aquisição leva muito tempo, outros equipamentos chegaram há pouco tempo, fizemos um cálculo até o final do ano com aquilo que temos para implementação, enquanto a implementação do SIGE levou muito tempo, da concepção, formação das pessoas, só agora que conseguimos introduzir todos os nomes das crianças no sistema e as matrículas começam agora, mesmo assim vamos precisar de dar formação as pessoas; directores das escolas, secretários docentes.

Ainda há acções ligada a formação dos técnicos e investimentos em equipamentos não justifica de momento. Podemos reforçar no orçamento de 2018, para equipamentos que temos para extensão tendo em conta que algumas escolas também têm problema de energia.

Basicamente é isso, também foi uma pergunta que se colocou no início em Janeiro. Porquê às vezes projectos aparecem?

Porque falta pagar os tais 20%, 30%, então há desembolsos que já foram feitos.

A Sra. **Maria das Neves** (MLSTP/PSD): — Desculpe só. Ontem enquanto porta-voz do Conselho de Ministro, anunciou que se vai criar um fundo de apoio aos funcionários públicos. Por isso, que solicitei a intervenção do Sr. Ministro das Finanças, pode ser que seja uma resposta dada pelos dois. Em que consiste esse fundo e como é que ele será alimentado num contexto de crise financeira?

E se não é contraditório com a questão do desempenho e a suspensão dos subsídios que se eliminou no orçamento?

O Sr. **Idalécio Quaresma** (ADI): — Isso é nosso PIN.

A Sra. **Maria das Neves** (MLSTP/PSD): — Cuidado que já têm PUK.

Risos.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Ministro da Educação.

O Sr. **Ministro da Educação, Cultura, Ciência e Comunicação**: — Como Sra. Deputada disse e muito bem, colocou uma pergunta como porta-voz do Conselho de Ministro, portanto, fui porta-voz do Conselho de Ministro não posso responder agora perguntas do Governo.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Ministro das Finanças.

O Sr. **Ministro das Finanças, Comércio e da Economia Azul**: — Queria responder primeiramente em relação a questão do liceu de Lobata. Retiramos do orçamento, porque esse liceu começou em 2016, foi desbloqueado quase no final do ano uma verba para o início das obras cerca de 30%, mas só que a obra não iniciou logo de princípio, porque houve problemas com aquisição do terreno, já tínhamos definido um local na zona de Conde em que as negociações já estavam bastante avançadas, mas infelizmente não foi possível porque houve alguma contestação por parte do beneficiário e da população, então foi necessário arranjar-mos um outro local.

Todo esse processo o liceu só começou de facto ao meio deste ano e face ao avanço das obras estamos consciente que até o final do ano estaríamos já na necessidade de desbloquear mais fundos num valor bastante elevado e nossa ideia é que essa obra pudesse ser executada durante este ano e o próximo. Mas duvido, tendo em conta o avanço das obras acho que elas sejam executadas neste ano. Então reportamos a continuação com maior celeridade desta obra para o próximo ano, eis a razão que retiramos isso daqui.

Em relação a questão de fundo, criamos um fundo e o que fizemos é estender alguma acção que estava a ser feita a nível do Estado, mas nas outras instituições e também queremos estendê-la para outros funcionários públicos. Como são de funcionários públicos há necessidade de elegermos alguns funcionários públicos que possam beneficiar desses fundos.

Há instituições públicas que têm fundo e fazem empréstimos aos seus funcionários, empréstimos em valores avultados. Então, dissemos que não, temos que estender a possibilidade de outros funcionários também acederem a esse fundo mesmo que limitado.

É claro que temos um conjunto de critérios, segundo o diploma que fizemos aprovar, de legibilidade para esses fundos. O que fizemos é estender esses benefícios a outros funcionários partindo do princípio da existência de um fundo.

A Sra. **Maria das Neves** (MLSTP/PSD): — Não pode ser uma linha de crédito?

O Sr. **Ministro das Finanças, Comércio e da Economia Azul**: — Não, não é uma linha de crédito propriamente. É fundo que estão disponíveis e que são utilizados para emprestar a outros funcionários de uma só instituição, então dissemos que não. Porque não estendermos a outros funcionários públicos, é esta a filosofia.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Correia.

O Sr. **Jorge Correia** (PCD): — Sr. Presidente, espero que esses fundos não venham da Segurança Social porque temos situações na Segurança Social que a nível do patronato, empregador, vamos começar a fazer guerra.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Ministro, concernente a essa questão, como havia referido, na base de outros fundos, outros subsídios que eram praticados nos outros sectores, eu por acaso não localizei isso no orçamento. Não sei em que medida, ou foi diluído através de que programa na criação deste fundo, quem será o suporte de garantia desse fundo e como será o critério de legibilidade para os beneficiários desse fundo?

O Sr. **Ministro das Finanças, Comércio e da Economia Azul**: — Acho que esta questão é uma questão que está um pouco fora da questão orçamental, mas posso dizer que há um diploma que foi aprovado e como disse o critério de legibilidade está lá definido, no momento próprio faremos chegar à Assembleia Nacional caso for necessário; há os critérios, as cautelas, a criação de fundo, todo o instrumento utilizado a volta do fundo, para análise.

O Sr. **Presidente**: — Mas temos garantias que não será da Segurança Social?

O Sr. **Ministro das Finanças, Comércio e da Economia Azul**: — Disse que os documentos chegarão as mãos dos Srs. Deputados.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Ministro da Defesa.

O Sr. **Ministro da Defesa e Administração Interna**: — Só para dar uma contribuição a essa questão de fundo e do diploma. Só para dizer as Sras. e Srs. Deputados que qualquer diploma está sujeito a fiscalização, a ratificação. Qualquer deputado pode requerer no âmbito regimental, está no Regimento essa competência e os deputados têm procedimento adequado para o fazer.

Só para dar o exemplo, lembro-me e a Sra. Vice-Presidente deve lembrar-se disso, quando em 2014 eu como deputado pedi a fiscalização do decreto que criou o Instituto dos Transportes pedimos a verificação do decreto debatemos aqui e foi anulado. É um procedimento que os deputados têm competência.

O Sr. **Jorge Correia** (PCD): — Se o pedido partir da oposição muitas vezes não deixam que seja aceite e como interesse é público, interessa a toda a sociedade são-tomense.

O Sr. **Ministro da Defesa e Administração Interna**: — Mas, requer-se a fiscalização.

O Sr. **Presidente**: — Sobre isso é só uma questão de um reparo e recordar. Os decretos que nós aqui autorizamos o governo para legislar, pedimos, chamamos os decretos a nós, não foram aceites, na base constitucional, artigo 101.º da Constituição, não foram aceites.

E o Sr. Ministro quando traz agora esta questão é para ver que os tempos mudaram.

O Sr. **Ministro da Defesa e Administração Interna**: — Sr. Presidente, os decretos não têm que ser pedidos a ninguém, são publicados no Diário da República. Vou buscar o decreto e peço uma fiscalização ao decreto, não tenho que pedir a ninguém. Como deputado vou buscar.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Ministro, não requeremos o decreto, chamamos o decreto a Assembleia e a Mesa da Assembleia que não aceitou, bloqueou isso, só isso.

Tem a palavra a Sra. Deputada Beatriz Azevedo.

A Sra. **Beatriz Azevedo** (MLSTP/PSD): — Sr. Ministro da Educação, como deputada da Nação gostaria de saber do Sr. Ministro quais são os critérios para selecção de bolsa, tanto nacional como no estrangeiro. Gostaria de saber se ao nível de Caué em 2015/2016 e 2017 houve algum estudante desse Distrito que beneficiou de bolsa de estudo, tanto nacional como no estrangeiro.

Para além dos critérios, sabemos que o ano lectivo 2016/2017 já finalizou e tenho informação que muitos alunos ao nível de Caué terminaram o 11.º ano e pensam continuar os seus estudos para concluir o 12.º.

Gostaria de saber de si se para o ano lectivo 2017/2018 haverá continuidade do 12.º no distrito e caso não quais são os critérios, para que o ministério ajudasse aquelas famílias desfavorecida a fim de ajudar os seus filhos a continuar os estudos, porque o Distrito de Caué carece de quadros locais.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Aérton Crisóstomo.

O Sr. **Aérton do Rosário** (MLSTP/PSD): — Tomo a palavra só para levantar uma questão relativamente a início de curso de bacharelato na Região Autónoma do Príncipe. Tenho falado com alguns estudantes que estão envolvidos nessa formação e dizem que o Ministério da Educação suspendeu a formação e muitos deles já se encontram no 2.º ano e têm as suas propinas pagas.

Gostaria de saber do Sr. Ministro por que razão se suspendeu o curso, porquê e se há perspectiva de reabertura da formação.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Correia.

O Sr. **Jorge Correia** (PCD): — Sr. Presidente, estando um tanto quanto ultrapassado, gostaria de dar uma chega a uma questão que se impõe.

Acho que a política do Governo nessa questão de educação deve ser uma política a médio e longo prazo. Ocorreu-me agora a ideia quando a Sra. Deputada Beatriz Azevedo colocou a questão de Caué, é o mesmo que vimos nas autarquias, mais ou menos a mesma coisa.

Diz-se que Caué é o Distrito mais desfavorecido.

Entendo que aí o Estado são-tomense deveria dar muita atenção a esses distritos, o que pressupõe que se houver x números de bolsas dever-se-ia procurar forma de alocar uma boa parte dessas bolsas as pessoas que saem desses distritos mais longínquos incluindo o Príncipe.

Se bem que tem o seu reverso que é a pessoa de Caué quando é formada não vai para Caué trabalhar, prefere ficar em Água Grande, este também é outro problema. Mas, é bom que vejamos bem essa questão se quisermos efectivamente encontrar um equilíbrio no desenvolvimento dos distritos das diferentes zonas do país.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado António Ramos.

O Sr. **António Ramos** (MLSTP/PSD): — Muito obrigado Sr. Presidente pela oportunidade que me dá de fazer uso da palavra e pela possibilidade que me dá de fazer o Sr. Ministro da Educação me ouvir, procurei isso há muito tempo e não foi possível, mais de três meses.

Este governo diz que quer pessoas com mais formação, maior capacitação, por aí for, e há continuidade nas acções do Governo. Preocupou-me a situação pelo facto do Sr. Ministro não ter dado continuidade a uma acção do outro governo que formou muitos mestrados através da Universidade Politécnica de Bragança.

Sei que este governo pelo menos já demonstrou que esses mestrados não servem. Estive em contacto com os meus colegas que terminaram o mestrado de educação ambiental, não foram convidados para o «IV Congresso Internacional de Educação Ambiental» que decorreu no Príncipe, não sei quem esteve lá a representar. Grande parte dos mestrados não foram para o Príncipe.

Falo disso e falo também pelo facto, já lá vão quase três anos, a mim competia pagar 50% dos estudos, paguei a minha parte,...

O Governo, o Governo,... eu tenho documento portanto, tinha compromisso de pagar 50% Eu não sei se foi pago, mas até este momento, não se pagou. Mas o que é de certo, Sr. Ministro, eu vou seguir para doutoramento.

Murmúrios.

Mas, lamento o facto de não ter possibilidade de falar de muitas ocorrências que tiveram lugar durante o seu mandato, porque há mais coisas para falar. Eu tenho boas relações com todos os Ministros, mas o senhor está mais distante, mais distante!

Por isso, preocupa-me bastante, preocupa-me bastante, e eu espero que haja a oportunidade para nós analisarmos o problema da educação. Eu dou aulas desde 1981, eu dou aulas e sou professor. E aqui nesta Sala eu tenho muitos! Obrigado. Até a próxima.

O Sr. **Presidente**: — Não sei há mais inscritos, para passar a palavra ao Sr. Ministro da Educação. Tem a palavra o Sr. Ministro.

O Sr. **Ministro da Educação, Cultura e Comunicação**:— Muito obrigado Sr. Presidente. Bom! Eu vejo que a vontade esclarecimento sobre a Educação traz outras questões que não têm a ver com o Orçamento. Não é?

Vamos tentar esclarecer. A primeira pergunta levantada pela Sra. Deputada Beatriz, solicitando sobre o critério da bolsa, não é a primeira vez que a coloca e não é a primeira vez que eu dou a resposta. Acho que esta é a terceira vez. Portanto, há um Despacho do Ministério da Educação que define as normas de bolsas e as ponderações e há uma quota. Se caso queira, pode solicitar a Direcção do Ensino Superior, se quiser, posso enviá-la também uma cópia.

Normalmente, nós decidimos a quota por Distrito, sobretudo quando são as bolsas... Aliás, hoje quase não há bolsas oferecidas ao país. Cuba, por exemplo, nós temos em 2010, vinte, hoje, apenas duas. Quando essas bolsas são em grande número, nós dividimos por quotas, como bolsas da China, bolsa de Marrocos... nós definimos quota por Distrito. E caso nesse Distrito não haja nenhum candidato, então, passa agora para a selecção do outro que vem a seguir. Já expliquei aqui, esta é a terceira vez. A pergunta foi colocada em 2015, 2016 e volta a repetir? As ponderações até dão quotas... As ponderações favorecem os Distritos. Portanto, uma média de doze de Caué, não é mesma coisa de doze de Água-Grande; porque tem uma ponderação a mais. Explicamos isso aqui já várias vezes.

Em relação à questão de 12.º ano, a nossa meta, apenas gostaríamos arrancar este ano o 12º em Lembá e em Caué. Mas não há professores. Não temos professores para arrancar com esse curso. Não temos! Portanto, é essa a dificuldade. Até, hoje temos até espaço. Ano passado, arrancamos com 10º ano em Porto Alegre, para tentarmos definir uma área em Porto Alegre e outra em Angolares, mas como sabe,

nem toda gente tem a residência ao pé da casa. Nós queremos uma área, assim os alunos iriam para Porto Alegre, de Porto Alegre viriam para coiso... Mas, não funcionou muito bem.

Este ano até, nós decidimos que houvesse até 11^o, 12^o. Felizmente, negociámos com novos professores, com novos espaços, casa, reabilitamos, ano passado conseguimos ter novos professores para garantir o 10^o ano, em Porto Alegre. Mas infelizmente, para 11.^o, 12^o... Portanto, para 11^o, estamos a estudar se encontramos candidatos que queiram ir residir aí, portanto, conseguiremos. Portanto, 12^o temos que seleccionar professores. Não temos professores.

Felizmente, conseguimos dois hiaces para levar os professores, tanto para Caué como para Lembá que facilitou essas classes no ano passado e vamos continuar este ano. Se houver professores, avançaremos, se não houver... O custo com a educação é muito alto, mas a ignorância também é muito pior. Se nós formarmos mal os jovens as consequências serão muito piores.

Qual é o benefício dos transportes escolares? Eu já expliquei o ano passado! Portanto, se deu por conta? O aluno de Caué está a pagar transporte, a mesma taxa do aluno daqui de Água Grande. Portanto, não aumentamos o preço para o aluno de Caué. Portanto, já é um benefício e também criamos, se ele tem dois irmãos ou três, o terceiro não paga passe. Isso nós explicámos, da vez passada aqui, e na Comunicação Social.

A questão do Sr. Deputado Aérton, eu esqueci de apontar, ...ah, o bacharelato no Príncipe, não foi suspenso! Portanto, o problema tem a ver com a ida dos professores. Aliás, moldes, quando isso foi montado em 2010 ou 2011, creio eu, até dizia que ia ter problemas, mas não me quiseram ouvir. As pessoas querem fazer, porque querem fazer. É questão de professores também. Portanto, uma coisa é termos professores capacitados para termos lá... Há professores aqui, mas nem toda gente quer ir, deixar aqui os ambientes para ir dar aulas.

Portanto, este ano, fizemos esse esforço, conseguimos enviar algumas pessoas. No âmbito da cooperação com Portugal, alguns professores que estavam lá participaram e, este ano, como nós estamos a trabalhar também com o Governo Regional, há uma instituição que virá trabalhar no âmbito de uma formação profissional superior, vamos ver também se conseguiremos colmatar. Mas, a estratégia com esses pólos de educação à distância poderá ser uma alternativa para nós resolvermos esse problema. Portanto, a questão está mais a nível de professores. Em relação ao Deputado que disse que eu estou mais distante dele... Como vê, não temos nenhuma relação que possa nos aproximar.

Risos.

Mas, como disse, claramente, é um problema pessoal. E há contradição na sua intervenção, quando diz que não demos continuidade de outro Governo que criou mestrado, mas quando o senhor diz, «o Governo comprometeu pagar o mestrado» Qual governo? Vai ver assinatura de quem é? Quem criou os mestrados? Em 2011, quem criou o mestrado? Por causa disso, são-tomenses, eu em Fevereiro, fui para Portugal em Bragança, para ser homenageado porque nós criamos com eles. E as pesquisas que foram feitas nesse âmbito. Portanto, se o senhor está no ISP, senhor fez parte disso, o senhor devia conhecer mais a história disso, como é que isso foi criado, como é que foi negociado. E naquela altura, nós definimos uma quota-parte de bolsas, e diz lá: ajuda de custos; 75%, 50% e 25%. E nós definimos, de acordo com o...

Nós estamos a promover professores para formar a Universidade de São Tomé. A política, na altura é para nós termos professores a caminhar para Doutoramento para a Universidade de São Tomé e Príncipe e, nós definimos uma quota para quem é docente a tempo inteiro na Universidade, quem não é, e quem, quer dizer. E aqueles que beneficiaram mais, eram os docentes para nós conseguirmos ter professores de quadro na Universidade. Uma coisa é dar aulas e depois ter os seus tempos e outra coisa é ser docente e dedicar à investigação, a docência; são questões completamente diferentes.

Portanto, a sua questão é uma questão pessoal e acho que não vamos aqui resolver isso e faço votos que tenha bons êxitos no seu doutoramento e que a sua pesquisa contribua para o desenvolvimento de São Tomé e Príncipe. Obrigado.

O Sr. **Presidente**: — Obrigado Sr. Ministro, creio também que é a terceira vez... sim!

O Sr. **Ministro da Educação, Cultura e Comunicação**:— Posso acrescentar! O senhor falou também porquê que os alunos de mestrado não foram convidados para aquele congresso de educação ambiental. É um evento que se organizou, convida-se quem se quer. Se fulano tal não foi convidado, não sou eu que vou dizer, porque é que não foi convidado.

Mesmo se eu fosse o organizador, não tenho que convidar toda gente. Há temas a serem abordados, os alunos que fizeram as suas pesquisas, tiveram sucesso os professores, até alguns deles estiveram presentes, convidaram aquelas pessoas, porque sabem que aquela investigação, aquela comunicação tem um certo relevo, e convidaram aquelas pessoas a apresentar a sua comunicação. Quem não foi convidado é porque, se calhar a sua tese, a sua comunicação não teve...não sei. Portanto, não posso defender nem definir isso.

Entretanto, assumiu a Presidência a Sra. Vice-Presidente Maria das Neves.

A Sra. **Presidente** (Maria das Neves):— Muito obrigada, Sr. Ministro, nós não temos mais inscritos. Ah, está a pedir a palavra, espero que seja rápido.

Tem a palavra o Sr. Deputado António Ramos.

O Sr. **António Ramos** (MLSTP/PSD):— Eu só quero informar ao Sr. Ministro, que eu não tive nem 12 nem 13.

Bom! José António também foi um dos alunos do ADI

Murmúrios

... e eu quero dizer que, pelo menos, deviam convidar os alunos... coisa é uma investigação científica; pelo menos deviam convidar os alunos que tiveram 17, 18, por aí fora.

Murmúrios.

No meu entender! Não convidar pessoas que ficam lá, não estão a perceber de nada, não sabem nada! Quer dizer, dá a entender que em São Tomé não tem ninguém. Tem que ter pessoas que tenham capacidade de perceber e que tenham a capacidade de falar qualquer coisa. Isto é baixar a imagem do País. Obrigado.

A Sra. **Presidente** (Maria das Neves):— Tem a palavra o Sr. Ministro

O Sr. **Ministro da Educação, Cultura e Comunicação**:— Acho que o Sr. Deputado não está bem informado. Porque, quem organizou o evento não é Olinto Daio. O número do Sr. Presidente do Governo do Príncipe é 9903223.

Depois, no evento participaram muitos santomenses que apresentaram suas comunicações Estiveram cerca de 150 cientistas, estrangeiros e nacionais que participaram e apresentaram os seus temas.

A Sra. **Presidente** (Maria das Neves):— Muito obrigada Sr. Ministro da Educação. Nós não temos mais inscritos: terminamos, portanto, com o sector da Educação, vamos então começar com o sector da Saúde. Queremos saudar a Sra. Ministra aqui presente e solicitar, portanto, Sras. e Srs. Deputados alguma questão em relação ao Sector da Saúde? Tenham a palavra, está aberta a inscrição. Já temos um inscrito.

Tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Correia.

O Sr. **Jorge Correia** (PCD): — Obrigado, Sra. Presidente e Vice-presidente. Está certo que nós não estamos no Estado da Nação. No Estado da Nação, a coisa é vista de outra maneira.

Mas estamos na análise por especialidade, mas eu não consigo deixar passar essa questão da Saúde. Saúde não espera e nos tivemos um decréscimo na Saúde, de 12.8%.

Primeiro, gostaria de perguntar a Sra. Ministra, tendo em conta a situação que vivemos hoje, que toda a gente conhece; o principal espelho nosso da Saúde, que é o Hospital Central – Hospital Dr. Ayres de Menezes, o que nós vemos nesse Hospital, se essa quebra de 12,8%, já o que vinham dado à Saúde, já era pouco, se com essa quebra, se não vai agudizar a coisa ainda muito mais? Mas, para além disso, nem devo começar, porque a Sra. Ministra já sabe onde é que eu vou pegar.

Porque é uma coisa que me rói, e eu já pus essa questão variadíssimas vezes e a resposta nunca foi convincente. Eu dizia que saúde não espera e nós vamos estar nos próximos tempos com as coisas ainda mais agravadas, aí, eu gostaria de pedir uma atenção particular a todo o Governo e a nós todos santomenses. Pois, com o aumento da taxa sobre as bebidas, vai proliferar, ou está a proliferar o fabrico de bebidas, localmente. Bebidas sem qualquer qualidade, sem qualquer controlo, o que quer dizer que, daqui a algum tempo, o Orçamento Geral do Estado terá que disponibilizar muito mais dinheiro para a Saúde, porque muitas doenças hão-de somar as que já temos. A medida de taxar bebida alcoólica, eu não sou contra. Pelo contrário! No entanto,...

Murmúrios.

...Estou a fazer chamada de atenção! Mas, onde eu quero ir é o seguinte: hoje, a questão de droga no País aumenta. Crianças drogam. Transtornos mentais aumentam, frustração é grande.

Sra. Ministra, eu tenho visitado a Psiquiatria e eu insisto: A Psiquiatria está péssima! Há pessoa que entra a Psiquiatria com uma pequena frustração sai de lá, realmente, doída.

Por favor, veja se a gente consegue alocar uma verba para diferenciar aquelas pessoas que vão para o Hospital, porque tiveram insónia e aquelas pessoas que, realmente, já estão num estado avançado de debilidade mental; esquizofrenia, etc., etc.

Eu vejo! Pode-se me dizer agora que há projecto Koweit, fazer não sei quantos, mas até lá... Há uma casa aí ao lado, onde tem lavandaria, com um bocado de verba conserta-se aquela casa e diferencia-se esses doentes. Ainda durante o mês de Maio deste ano, fui à Psiquiatria 4 vezes. Falei com as pessoas de lá. Talvez por ser já doido eu.

Risos

Por favor, dê protecção a isto. Peça ao Sr. Ministro mais alguma verbazita para fazer aquela coisa, para diferenciar as pessoas.

Um miúdo que fumou um charuto zito de liamba, não sei quantos...

Uma voz: — palha

O Sr. **Jorge Correia** (PCD): — ... de palha! Teve algum transtorno,...levaram-no para o Hospital. Meteram o miúdo lá no meio de todo tipo de gente. Ele quando sai de lá, ele está mais frustrado, ou ele está pior do que quando ele entrou. Por favor, Sr.a Ministra, esse assunto não é a primeira, não é a segunda, não é a terceira, nem quarta vez que eu ponho essa questão!

Eu gostaria de perguntar, se algum dirigente aqui, principalmente membro de Governo, se tiver situação dessa, se não tentaria ver a coisa de outra maneira? Muito obrigado.

Uma voz:— Viajam logo!

O Sr. **Jorge Correia** (PCD):— Sr. Ministro, eu tenho seguro de saúde lá fora. Mas, há muitas pessoas que não têm.

Entretanto, reassumi a Presidência o Sr. Presidente Vasco Guiva.

O Sr. **Presidente:** — Obrigado, Sr. Deputado. Foi um aparte.
Tem a palavra a Sra. Maria das Neves.

A Sra. **Maria das Neves** (MLSTP/PSD):— Muito obrigada Sr. Presidente, Sra. Ministra: Nós, quase que diariamente ouvimos falar do problema da saúde, que não há medicamentos, que há falta de medicamentos, ouvimos muitos comentários sobre o Sector da Saúde.

E a mim o que mais me surpreende e essa a minha preocupação; é numa escassez gritante de medicamentos, como se ouve falar, eu vejo que no Orçamento Rectificativo, alguns projectos, que estavam inscritos em 2017, foram suprimidos. Um deles, é a aquisição de equipamentos e materiais para manutenção do Banco de Urgência, aquisição de equipamentos de laboratórios de análises clínicas. Gostaria de entender o que é isso de Missão Médica Chinesa que foi suprimida, com um valor de 20 mil milhões. Portanto, são questões que a mim, particularmente me preocupam e penso que, se calhar, não constitui apenas a minha preocupação.

Qual é a alternativa que tem o Governo, para suprir este corte que houve em termos de aquisição de medicamentos? Muito obrigada.

O Sr. **Presidente:** — Obrigado Sra. Deputada. Não sei se há mais intervenções?
Tem a palavra o Sr. Deputado Aérton do Rosário.

O Sr. **Aérton do Rosário** (MLSTP/PSD):— Obrigado Sr. Presidente. Peço a palavra, porque ouvimos e sabemos todos nós que o nosso país está com graves problemas financeiros, dificuldades de várias ordens. Até há bem pouco tempo, no debate na generalidade do Orçamento Rectificativo, foram exibidos documentos enviados pelo Ministério das Finanças, através da Direcção do Orçamento, sobre a questão de despesas com Saúde. Bom! Olhando depois para o Orçamento Rectificativo, em relação aquilo que foi programado no primeiro Orçamento, estava previsto no primeiro Orçamento a continuação da obra da ampliação do Hospital Manuel Dias da Graça, na Região Autónoma, agora verifico no Orçamento Rectificativo que essa iniciativa, esse projecto, ou esse investimento foi retirado.

Sabemos todos, a Sra. Ministra também sabe que esta obra está em curso mesmo na fase, se calhar na compra só de equipamentos para apetrechar uma ala do Bloco Operatório do Príncipe, julgo que, se o Governo mantivesse esse investimento, poderia, no fundo no futuro, ajudar o País, em grande medida na redução do custo com a evacuação de doentes para a capital do País.

Portanto, eu não percebi o porquê da retirada no Programa de Investimento Público da continuação do Governo investir na ampliação do Hospital Dr. Quaresma Dias da Graça, por isso eu gostaria perceber, Sra. Ministra, o que é que esteve em causa, uma vez que vejo aqui outras iniciativas que estão programadas, que do ponto de vista de prioridades, poderia ser suprimido a favor da continuidade da obra do Hospital

Manuel Quaresma Dias da Graça, no Príncipe. Esta é a minha questão, deixo agora à consideração da Sra. Ministra.

O Sr. **Presidente**: — Obrigado Sr. Deputado, não sei se há mais intervenções?
Tem a palavra o Sr. Deputado António Ramos.

O Sr. **António Ramos** (MLSTP/PSD): — Eu não percebi muito bem. Não sei se o Deputado nosso do Príncipe chegou a falar sobre a questão da evacuação de doentes ou não? Se há garantias ainda para evacuação desses doentes da Região Autónoma. Eu queria, se é que ele não fez essa pergunta, eu não entendi muito bem, e eu gostaria que a Sra. Ministra respondesse essa pergunta.

O Sr. **Aérton do Rosário** (MLSTP/PSD):— Não! Não fiz a pergunta porque o Ministro, aquando do debate na generalidade, quando foi levantada a questão, já garantiu que não está em causa, porque havia uma situação de reforço de verba e, para mim, está ultrapassado.

Mas a questão do Hospital, que no fundo, vem servir para evitar determinadas evacuações para a capital do País e, assim, ajudar o Governo a conter algumas despesas, isso sim me preocupa. Gostaria que desse a devida explicação.

O Sr. **Presidente**:— Obrigado Sr. Deputado. Mais inscritos! Senão a minha intervenção.

Sra. Ministra, tenho uma questão a colocar: Uma vez mais, é sobre o Centro de Saúde de Cantagalo. Creio ser a terceira vez que refiro a isso. Anos findos, foi um Centro financiado por China Taiwan, em que as obras até este exacto momento evoluíram muito. Neste momento, estão na situação em que estão, mas creio que, no ano passado, a Delegação de Saúde, o empenho da Delegada, pelo congestionamento e pouca disponibilidade do internamento em Água Izé, desenvolveu alguma obra naquele Centro de Saúde de Cantagalo, para internamento na parte do rés-do-chão, do edifício, mas não sei parece que houve orientações de que lá não serviria para isto. Graças a Deus, a Delegada e a sua equipa empreenderam esforços, junto à Cooperação Japonesa, alargou-se o Centro de Água Izé e hoje, em Água Izé, embora as obras não tenham ainda terminado, oferecerá melhores condições para o internamento dos doentes.

A questão que coloco é: que destino a dar a essa obra do Centro de Saúde de Cantagalo, concretamente em Uba Budo Praia? Porque está lá o edifício, fez-se investimento e até hoje, não se consegue consumir dos investimentos feitos. Que destino a dar aquele edifício? O que fazer com ele? Se o Governo tem, ou não perspectiva com aquele edifício? Obrigado.

Tem a palavra a Sra. Deputada Beatriz, se faz favor.

A Sra. **Beatriz de Azevedo** (MLSTP/PSD):— Obrigada Sr. Presidente. Sa. Ministra da Saúde, a questão que eu coloco é um bocado preocupante, porque, sabendo que na altura, no ano passado pelo menos, no Distrito de Caué, nós tínhamos o serviço que era através do Projecto Saúde para Todos e esse Projecto, não se sabe como é que está?

Há quem diz que está em funcionamento mínimo e, estando em funcionamento mínimo, eu tenho conhecimento que alguns serviços que o Projecto Saúde para Todos vinham beneficiando à população do Distrito de Caué, mesmo em termos de deslocação para a cidade capital, veio trazer-nos grande preocupação, porque há alguns serviços que não estão sendo feitos no Distrito. No caso de consulta de ginecologia e o caso também dos reagentes para se fazer algumas análises dentro do distrito, mas nesse momento temos análise que não são feitas no distrito, mesmo algumas consultas de especialidades.

Para dizer Sra. Ministra da Saúde que tenho conhecimento que algumas consultas que são feitas no distrito, mas há necessidade de enviar os doentes para consultas com os médicos de especialidade e esses mesmos doentes têm que recorrer a marcação das respectivas consultas e são pessoas que vêm de Porto Alegre para Angolares para conseguir alguns serviços, mas que o distrito não dispõe do meio, então tem que fazer os doentes deslocarem à cidade com a intenção de fazer consulta menos que 48 horas para regressar.

Mas não é isso que tem estado a acontecer, porque tenho informação que os doentes vêm para aqui em Água-Grande para marcar as consultas, as consultas são marcadas para um mês até dois meses de espera e não sei em termo de distância, porque o doente para chegar o hospital é porque ele sente algum problema e, se deixar que o problema agrava por causa de estar na lista de espera. Gostaria de fazer o apelo a Sra. Ministra para ver o que pode fazer em relação as pessoas que vivem fora do Distrito de Água-Grande, porque tendo os serviços dentro dos distritos facilitam muito não só nos custos, mas sim também em termo de rapidez das consultas que o paciente precisa. Depois outras questões poderei colocar posteriormente.

O Sr. **Presidente**: — Sra. Deputada convinha se tivesse a questões para colocar que colocasse, porque creio que a Sra. Ministra já está com um leque de perguntas.

Tem a palavra Sra. Ministra de Saúde.

A Sra. **Ministra da Saúde** (Maria de Jesus Trovoada dos Santos): — Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, boa tarde.

Eu começaria por responder as questões colocadas pela Sra. Deputada Beatriz Azevedo. Relativo á seu Distrito de Caué e ao Projecto saúde para Todos. Este projecto de acordo com a visão e os objectivos do Governo que visam portanto de dar uma maior sustentabilidade aos projectos e não só na matéria de saúde, como pode constatar o grande interesse é criar bases de sustentabilidade. Este projecto sofreu realmente algumas alterações visando precisamente esta visão.

Houve uma ênfase muito grande que foi dado a formação dos especialistas, porque infelizmente era um projecto que visava também cuidados primários de saúde, visava portanto vinda dos especialistas com as consultas especialidades à telemedicina. Neste momento o que deixou de acontecer em relação ao Projecto da Saúde para Todos, foi apenas as consultas. O abastecimento em termo de reagentes, em termo de medicamentos continua a ser feito. Tivemos que realmente priorizar, como sabe ao nível mundial no contexto em que estamos a passar há também grandes dificuldades e isso toca a todos os parceiros e nós tivemos que priorizar a formação. Vão ser formados várias especialidades no âmbito desse projecto priorizamos a formação de oftalmologia, cardiologia, imagiologia, felizmente temos cá um equipamento TAC, gastantologia, são formações que priorizamos e também algumas de nível técnico a saber manutenções de equipamentos médicos do hospital e não só, a nível das áreas também.

Portanto, isto foi em detrimento, digamos assim das consultas que os médicos faziam com alguma regularidade aos distritos, mas essas consultas foram substituídas não pelos nacionais que faziam com regularidade, mas por especialidade médicos especialistas cubanos que se deslocam todas as tardes aos distritos para fazerem várias consultas. Nesse momento temos cá várias especialidades médicas, temos os médicos de pediatria, os internistas, ortopedia, são as especialidades médicas que existem cá no âmbito de cooperação cubana que têm deslocado aos vários distritos e fazem as consultas.

Portanto, colocou aqui a preocupação relativamente, a reagentes. Esta situação já me foi colocada algum tempo, mas provavelmente é o que tenho dito várias vezes que grande parte da situações que às vezes confrontamos tem a ver mesmo com o factor humano. Apesar de se ter determinados equipamentos, obviamente que é necessário que as pessoas também façam algumas diligências. Sei exactamente o que se passa em termos de análises clínicas ao nível do Distrito de Caué.

Nesse momento está a decorrer as obras ao nível do laboratório, certo? Há uns meses atrás não tinham equipamento para fazer os reagentes por diligências minhas tem-se o equipamento, mas por falta de um cabo não estão a fazer os exames. Será que não se consegue? São questões mínimas que provavelmente com algum empenho nosso, porque nem tudo depende do Estado imputam muitas vezes grande parte de responsabilidade ao Governo de pequenas coisas que podem ser feitas ao nível do distrito.

Colocou a questão de deslocação, penso que está mal informada porque este assunto está resolvido, as deslocações continuam, portanto há transportes. Provavelmente também haja como...

A Sra. **Beatriz Azevedo** (MSTP/PSD): — Não falei a questão de deslocação.

A Sra. **Ministra da Saúde**: — Peço desculpa.

A Sra. **Beatriz Azevedo** (MSTP/PSD): — Não falei a questão de deslocação.

A Sra. **Ministra da Saúde**: — Não, falou, fez referência sim a ...

A Sra. **Beatriz Azevedo** (MSTP/PSD): — Deslocação para marcação de consultas.

A Sra. **Ministra da Saúde**: — Deslocação para cidade capital fez referência... Ah! Para marcação, ok. Mas deslocação, então não percebi o que é de concreto que tem em relação a deslocação? É o facto de as pessoas deslocarem para marcarem as consultas de especialidades no hospital? É isso? Mas não há transporte?

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra a Sra. Deputada Beatriz Azevedo para uma intervenção.

A Sra. **Beatriz Azevedo** (MSTP/PSD): — Sra. Ministra na minha intervenção, fiz menção a deslocação para marcação das consultas do paciente. Porque tenho um exemplo concreto do paciente que vive em Porto Alegre, vem para Angolares para fazer algumas análises, algumas consultas de especialidades e essas consultas no distrito não há e as pessoas vêm só para marcação leva um mês a dois meses para conseguirem fazer consulta.

É nessa menção que eu fiz a minha intervenção, para marcação das consultas ao nível das pessoas que vêm de Caué ou de outros distritos mais distantes tinha que ter um outro tratamento não está na lista de espera todo esse tempo até chegar a data que o centro hospitalar marca.

A Sra. **Ministra da Saúde**: — Com relação a isso gostaria de dizer que a nossa preocupação em termos de diminuir o tempo de espera das marcações referentes as consultas não se prende apenas com o Distrito de Caué, mas sim de uma maneira geral com a população. Por isso, que é neste sentido que estão em curso no Hospital Dr. Ayres Menezes uma série de reformas, estão em curso informatizações em vários serviços e muito brevemente também o sector de registo clínico vai ser possível.

Isso irá permitir que realmente com um simples telefonema possa se fazer as marcações, diminuindo portanto os custos que as pessoas têm para se deslocar e em relação a tempo de espera nós estamos reformar o sistema de atendimento. Neste momento o que acontece no hospital é que as consultas são apenas realizadas no período de manhã. Os médicos têm um horário fixo das 8 horas às 13 horas e, por isso mesmo é que as consultas estão todas concentradas no período da manhã.

O nosso grande objectivo é que realmente e aproveita já para pedir a colaboração dos Srs. Deputados, porque há todo interesse que realmente essas horas não sejam apenas fixas das 8 horas às 13 horas. O que é que isso irá permitir? Obviamente, que há os médicos que têm os seus doentes, mas irá permitir também que as consultas sejam realizadas no período da tarde e é o nosso grande objectivo. Nesse momento independentemente de ser feito esse ajuste está em curso uma reorganização no sentido de permitir que realmente no período da tarde também os doentes sejam atendidos. Isto sem dúvidas que irá diminuir o tempo de espera que também é uma grande preocupação nossa porque como o Sr. Deputado Jorge Correia fez referência a saúde não espera e tudo tem sido feito no sentido que realmente que o sistema melhore.

Passaria a responder às questões colocadas pelo Sr. Deputado Vasco Guiva, relativamente ao centro de saúde do Cantagalo. Gostaria de passar uma informação se não é do seu conhecimento, mas para reabilitação do Posto de Saúde de Água Izé não só contribui o financiamento do Japão, mas também uma parte do Governo. Em relação ao centro de saúde aquele que foi considerado algum tempo há projectos naquela matéria que estão a ser analisados, portanto há um investidor que pretende usar aquele espaço.

O Sr. **Presidente**: — Sra. Ministra alocação é mesmo para uso sanitário?

A Sra. **Ministra da Saúde**: — Exactamente, ele pretende fazer disto, digamos um hospital com várias valências. É um projecto que está a ser avaliado nesse momento. O Sr. Deputado Aérton do Rosário colocou uma preocupação relativamente ao Hospital Dr. Manuel Quaresma Dias da Graça, mas esta alocação nunca esteve no nosso orçamento, isso é da responsabilidade do Governo Regional.

A Sra. Deputada Maria das Neves colocou a preocupação dos medicamentos, faz referência que no orçamento foi suprimidas verbas para este fim. Gostaria de dizer que este problema de falta de medicamentos vai ser suprimido com apoio extra a OGE da cooperação chinesa e também gostaria de dizer que estamos em Agosto já tem sido feita aquisições não só em termos de medicamentos como em termos de reagentes para o hospital e consumíveis também.

O Sr. Deputado Jorge Correia vou pedir a sua grande colaboração, acho que gostaria contar consigo como aliado nesta batalha que tenho vindo a travar.

O Sr. **Jorge Correia** (PCD): — Para espremer pescoço a Ministro de Finanças?

A Sra. **Ministra da Saúde**: — Não, não é neste sentido. Já algum tempo que tenho estado a busca de um terreno pelo menos de 8 à 9 hectares, porque tem alguém que está interessado em financiar um centro de reabilitação. Porque eu partilho a mesma preocupação com o Sr. Deputado e o projecto vai visar precisamente um centro de reabilitação, um espaço amplo onde não só irão estar doentes crónicos em determinadas alas, mas também aqueles que como fez a referência: são doentes em depressão e vi também os tratamentos que eles fazem lhes colocam algum estado de frustração, convém terem um espaço que lhes permitam também exercer alguma actividade.

Se me puder ajudar nesse sentido, confesso que agradeço. Já contactei o Ministro da Agricultura a DOP conseguimos identificar um terreno, mas apenas 600 e pouco m² que não é suficiente para aquilo que pretendemos. Vai se iniciar algumas obras mesmo no hospital na parte de psiquiatria embora termos alguma dificuldade devido a situação patológica dos doentes, eles leva-nos a ter algumas atitudes em que algumas fossas ficam entupidas e depois isso complica a situação em termos de higiene do próprio espaço.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Aérton do Rosário para uma intervenção.

Sr. **Aérton do Rosário** (MLSTP/PSD): — Obrigado Sr. Presidente. Segui atentamente a explicação da Sra. Ministra para questão do Hospital Manuel Quaresma Dias da Graça, a Ministra cingiu-se apenas dizendo que o corte desta iniciativa é uma responsabilidade do Governo Regional. Eu gostaria dizer que não, apesar de ser uma obra de responsabilidade do Governo Regional, ela está aqui inscrita e depende de transferência do Governo central, por isso estava no primeiro orçamento.

Agora sofreu corte e a minha preocupação é que é uma obra que já está em curso se calha, não sei o Ministro das Finanças poderá explicar melhor o que se passou? Pode ser que tem a razão, uma vez que o

projecto não está inscrito directamente no Ministério da Saúde, mas ele depende da transferência de capital do Governo Central devia fazer ao Governo Regional para execução ou acabamento da obra.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra a Sra. Deputada Maria das Neves para uma intervenção.

A Sra. **Maria das Neves** (MLSTP/PSD): — Duas questões Sra. Ministra. Uma é que não entendi bem o alcance da sua intervenção quando dizia que tem havido essa demora na marcação de consultas, porque os médicos só trabalham período da manhã e dada altura solicitava apoio dos Deputados, era para saber se os médicos trabalham os dois turnos se é necessário uma iniciativa legislativa ou se através de um Despacho do Governo pode-se tomar essa decisão. Porque não há dúvida que a demora na marcação da consulta tem sido muito grande.

Supõe-se quando uma pessoa se dirige a um centro hospitalar ou um centro de saúde para fazer uma consulta é porque a pessoa não se sente bem. Agora, a pessoa não está a sentir-se bem vai marca uma consulta às vezes leva três meses para ser observada pelo médico. É possível que essa doença se agrava até pode provocar a morte. Por isso, é que gostaria saber em que aspecto pediu esse apoio dos deputados se é para ter uma iniciativa legislativa, para que os médicos façam consultas também no segundo período ou se com um Despacho do Governo pode-se encontrar uma forma de ultrapassar essa situação.

A segunda questão. Temos constado que nesses últimos tempos têm regressados muitos médicos ao país. Dizem que no ano passado regressaram 15 se não estou no erro, este ano ainda se espera um grande número muitos dos quais ainda não estão enquadrados e a ideia é todos vêm com a medicina geral. A questão é se já está-se a pensar na especialização porque até agora está-se a falar do Projecto Saúde para Todos vem especialista, mas isso há-de-ter depois um fim é necessário também prepararmos os nossos quadros, termos os nossos especialistas. Tendo tantos médicos com medicina geral se é que estar no plano do Ministério da Saúde começar a especializar esses médicos de modo que futuramente o País tenha também seu especialista.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Correia para uma intervenção.

O Sr. **Jorge Correia** (PCD): — Primeira coisa gostaria de dizer a Sra. Ministra, que estou e estarei pronto a ajudar naquilo que eu possa fazer como cidadão normal. Mas essa questão de 8 à 9 hectares, a Sra. Ministra deve ter capacidade suficiente e eu reconheço que tem para convencer aos seus colegas, ao Governo no sentido de disponibilizar esse espaço para fazer esse projecto tão importante.

É muito importante, porque quando se põe as pessoas com alguma situação anómala em termos de cerebro, eu penso que pondo essas pessoas a trabalhar ou fazer alguma coisa ajuda sobremaneira para a sua recuperação. Dai que faço um apelo ao Sr. Ministro de Agricultura numa das roças antigas, por favor que se encontre maneira para que esse projecto vinque, se bem que não sei quem estaria atrás desse projecto para financiá-lo, mas seja como for é importante. Em relação a marcação de consultas que levantou a Sra. Deputada de Caué, não há dúvidas que é preocupante quando um indivíduo está doente, ter que sair de Caué por exemplo para vir a cidade para marcar uma consulta. Penso que os serviços próprios do hospital deveriam encarregar de fazer essa marcação e pôr o utente a corrente das datas prontas para vir a cidade para tal consulta.

Em relação a questão voltando a questão outra vez da psiquiatria. Sra. Ministra estou a falar do imediato essa questão de 8 à 9 hectares que a senhora põe é uma questão pode ainda levar anos. Estou a lhe dizer de imediato. No mês do Maio/Junho estive no hospital. O meu colega aí do lado esteve a me dizer que inclusive ele esteve no hospital a falar com doente a gente pensa que é alguém que foi visitar outra. É uma pessoa que aparenta inclusive ser uma pessoa saudável, mas está metido lá com todo tipo de doentes, isto é que me chama atenção e aí ao lado parece-me a mim porque fui lá atrás ver aquela casa que lá está abandonada.

Não sei, mas se calhar um bocadinho essas pessoas que estão minimamente lúcidas deviam ficar lá e não misturar-se com grande grupo daquele que já estão não digo perdido, mas que têm dificuldade de serem recuperadas é essa a questão. Penso que não é muito valor para essa recuperação para pôr isso a funcionar e é uma questão Sra. Ministra que já venho batendo amiúde vezes. Estou de acordo com o seu projecto, conta comigo naquilo que eu puder fazer inclusive procurar gente que queira a nível da Câmara do Comércio pode haver investidores que queiram entrar na área social, área de saúde pode-se tentar bater todas essas portas. Mas por favor de imediato o quê que se pode fazer?

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Abnildo d'Oliveira para uma intervenção.

O Sr. **Abnildo d'Oliveira** (ADI): — A minha intervenção é apenas dirigida à Mesa e aos colegas Deputados também, para fazermos em atenção que nós estamos na sede de especialidade espero que eu seja bem entendido com o devido respeito que tenho para os pares Deputados, penso que em algumas matérias estamos a sair mais como se fosse estado sectorial ou da nação, coisa outra. É o debate sectorial,

mas estamos na discussão do orçamento específico e há um momento que relaxamos, saímos no âmbito da discussão orçamental e vamos para o campo do debate no âmbito sectorial.

O Sr. **Presidente**: — Obrigado Sr. Deputado pelo alerta.
Tem a palavra Sra. Ministra da Saúde para uma intervenção.

A Sra. **Ministra da Saúde**: — Quando fiz a referência de Saúde para Todos, falei da formação, no âmbito do projecto vão ser formados especialistas nas seguintes áreas: oftalmologia, ginecologia, gastroenterologia e imagiologia. Também algumas formações técnicas nomeadamente em termos de manutenção de equipamentos e de entre outros.

Portanto, em termos de formação de especialidades médicas há uma grande preocupação deste Governo. Os médicos têm vindo a chegar, têm que passar por um processo que os vai dotar das competências para o exercício da função público. Há Ordem dos Médicos, têm que passar por Ordem dos Médicos, fazer um estágio, portanto são procedimentos que levam algum tempo e só depois de um concurso público são absorvidos para o sistema nacional de saúde.

Curiosamente grandes partes destes médicos já estão a trabalhar nessas instituições. No sistema nacional do centro, centro de saúde e no hospital também. Por isso, em termos do tempo de espera para a marcação das consultas, julgo que também irá ajudar a colmatar essa preocupação. O facto no hospital como fiz referência, porque até esse momento como acontece ao nível do hospital é que no período da tarde encontramos, agora estão três, mas até sensivelmente um mês apenas dois médicos na urgência. Um que fazia o atendimento ao serviço pediátrico e o outro adulto neste momento temos mais um médico que faz reforço e a nossa pretensão para realmente diminuir o tempo de espera é portanto também abrir consultas no período da tarde.

Eu também queria aproveitar em termos de formação de especialidades no âmbito com a cooperação com a China tem vindo também os especialistas e esses médicos recém formados têm estado a exercer as suas actividades juntamente com estes médicos especialistas, prevendo um a posterior especialidade nessas áreas. Temos cardiologista, ortopedista, pneumologista entre outras formações.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra a Sra. Deputada Maria das Neves para uma intervenção.

A Sra. **Maria das Neves** (MLSTP/PSD): — Sra. Ministra. Tinha feito uma pergunta mas não consegui obter a resposta. No Orçamento Rectificativo aparece aqui missão médica chinesa com um corte de 20 mil milhões de dobras, gostaria saber o porquê disto? Qual é a alternativa que tem o Governo em relação a isso?

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra Sra. Ministra da Saúde para uma intervenção.

A Sra. **Ministra da Saúde**: — Realmente que havia apoios extra-orçamentais proveniente da cooperação da China, portanto são apoios que eles vão nos atribuindo não afectado pelo Orçamento Geral do Estado por isso que foi retirado.

O Sr. **Presidente**: — Obrigado Sra. Ministra. Creio não haver mais intervenções em torno da saúde e podemos ultrapassar o sector da saúde e avançar com o sector de emprego e assuntos sociais que está cá o Sr. Ministro de Agricultura em representação do Ministro do Emprego e dos Assuntos Sociais. Srs. Deputados, é o Ministro de Agricultura e não do Emprego fica difícil, fazermos abordagem em volta do Ministério de Emprego e dos Assuntos Sociais, mas no entanto se têm intervenções o Ministro está cá poderá ajudar-nos.

Tem a palavra a Sra. Deputada Maria das Neves para uma intervenção.

A Sra. **Maria das Neves** (MLSTP/PSD): — Se houve corte em todos os sectores o Ministério de Emprego foi o do pouco mais privilegiado e o que saltou a vista, porque é único ministério que saiu de um montante de 5 mil milhões de dobras para construção das casas sociais para 39 mil milhões de dobras ou seja numa política de austeridade é do sector que mais cresceu.

Gostaria de saber qual foi o critério utilizado para que houvesse este aumento em detrimento de outras coisas que nós aqui já dissemos, como na saúde, como mesmo nas obras públicas. Portanto, a que se deveu este aumento exponencial na construção das casas sociais?

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Ministro de Agricultura em representação do Ministro do Emprego e dos Assuntos Sociais para uma intervenção.

O Sr. **Ministro de Agricultura em representação do Ministro do Emprego e dos Assuntos Sociais** (Teodorico Campos): — Como disse e disse muito bem o Sr. Presidente estou cá em representação do Sr.

Ministro do Emprego e concernente a este aumento, eu não estou integrado directamente nas actividades, gostaria contar coma colaboração do Sr. Ministro das Finanças para enaltecer sobre as actividades.

O Sr. **Presidente**: — Obrigado Sr. Ministro.

Tem a palavra o Sr. Ministro das Finanças, Comércio e da Economia Azul.

O Sr. **Ministro das Finanças, Comércio e da Economia Azul**: — Em relação a questão levantada, esse crescimento representa realmente a inclusão no Ministério dos Assuntos Sociais a construção das casas sociais.

Portanto, esse incremento é este ano, mas possivelmente que no próximo ano poderá decrescer. Ela advém principalmente das negociações e acordo assinado com o parceiro República Popular da China que já neste ano podemos dar início a construção das casas sociais, a reabilitação de troço de estrada e alguns outros projectos.

Portanto, não há nenhuma motivação extra em relação a isso, a questão é no âmbito das negociações com parceiro, há essa prioridade no acordo existente com o parceiro e nós inscrevemos isso para ser segundo semestre baseando no contacto que temos tido com os parceiros de que as obras poderão iniciar já neste segundo semestre.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Ministro, não há motivação nenhuma! Querer fazer é uma motivação. Mudar vidas das pessoas é uma motivação. Já agora, Sr. Ministro, referiu a cooperação chinesa no âmbito dessa acção das casas sociais, qual será a tipologia das casas?

O Sr. **Ministro das Finanças, Comércio e da Economia Azul**: — Quando falo de motivações eu refiro-me aquilo que o Sr. Deputado, em off, tentou insinuar, não é pejorativo aquilo que estou a dizer em relação a motivação que o senhor fez referência, porque é normal aquilo que o senhor está a dizer, mas aquilo que estou a dizer que ainda intenção de inscrever ou o que nos motivou a inscrever é precisamente é porque no âmbito de acordo há essa possibilidade de se inscrever.

Tipologia das casas nesse momento o Instituto está a trabalhar, a se organizar para que no momento próprio e como sabemos Instituto tem tido iniciativas de tipologia de casa já algum tempo a esta parte e que vai se escolher entre esses modelos qual que adapta mais ao projecto desejado com o Governo, portanto não tenho aqui desenhado a tipologia, mas o Instituto de Habitação tem várias tipologia de casa e se nós pretendemos dá-las carácter de casas sociais, portanto sabemos casas de que níveis iremos privilegiar.

O Sr. **Presidente**: — Obrigado Sr. Ministro, mas pode garantir que de madeira não será.

O Sr. **Ministro das Finanças, Comércio e da Economia Azul**: — Sem margem para dúvida.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Abnildo d'Oliveiro para uma intervenção.

O Sr. **Abnildo d'Oliveira** (ADI): — Eu me sinto ultrapassado, era na sequência da pergunta feita pela Sra. Deputada Maria das Neves e que eu queria também fazer uma pergunta porque o Governo na apresentação do orçamento fez a menção a construção de casas sociais, portanto a minha pergunta ia nessa lógica, mas já que a palavra foi dado ao ministro antecipou e sinto-me ultrapassado.

O Sr. **Presidente**: — Eu creio ser a única questão em volta do Ministério do Emprego e dos Assuntos Sociais, não sei se há mais Srs. Deputados que têm questões a colocar.

Tem a palavra a Sra. Deputada Beatriz Azevedo para uma intervenção.

A Sra. **Beatriz Azevedo** (MLSTP/PSD): — Sr. Ministro em representação do Ministro do Emprego e dos Assuntos Sociais, não sei se a preocupação que eu quero colocar o Sr. Ministro estaria em condições de me responder. Isto tem a ver com a problemática do emprego e não sei quais são os critérios que esse Governo tem e se nesse orçamento há algum emprego em vista para os jovens e não só.

Gostaria também de saber do Projecto Mãe Carenciada ao nível de São Tomé e Príncipe, porque é um projecto que vem beneficiando muitas mães que têm a responsabilidade de mãe e pai ao mesmo tempo e gostaria de saber se o projecto ainda está no orçamento ou se foi retirado.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Ministro das Finanças, Comércio e Economia Azul. Não sei qual das questões quer responder, referiu-se questão de mãe carenciada a questão de flaute.

O Sr. **Ministro das Finanças, Comércio e da Economia Azul**: — Em relação a primeira questão se há no orçamento alguma coisa com relação ao emprego jovem, portanto isso é uma política transversas, acho que não estará vinculada a alguma rubrica orçamental a criação de emprego. Todos nós sabemos como que é a política de criação de emprego, por isso não aparecerá aqui uma linha orçamental para o efeito.

Em relação ao Projecto Mães Carenciadas não houve diminuição, está em execução há um programa, há uma verba inscrita, aliás ela é inscrita com o financiamento HIPIC se não me enganar. O HIPIC significa no momento quando pagamos o serviço da dívida e aquelas dívidas que beneficiaram de um aligeiramento a parte que devíamos a parte que devíamos pagar é alocada para pagar as mães carenciadas.

Por isso, há uma certa volatilidade, nos meses em que pagamos mais dívidas então, temos mais recurso disponível para fazer o pagamento e nos meses em que há diminuição. Portanto, podemos atrasar um mês ou dois meses no pagamento e depois volta-se a pagar é o que tem acontecido.

O Sr. **Presidente**: — Gostaria de sugerir que deixássemos o Ministério de Juventude e Desporto para amanhã porque já acusamos algum cansaço.

Então, com vosso consentimento dou por encerrado os trabalhos para hoje e continuaremos amanhã as 9h00.

O Sr. Presidente encerrou a reunião às 14 horas e 55 minutos.